

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TII

OS "MILITARY EUROPEAN CREDIT TRANSFER SYSTEM", O PROCESSO DE
BOLONHA E A INICIATIVA EUROPEIA PARA O INTERCÂMBIO DE CADETES E
JOVENS OFICIAIS

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS

PEDRO LUÍS RAPOSO FERREIRA DA SILVA
MAJOR DE ARTILHARIA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**OS "MILITARY EUROPEAN CREDIT TRANSFER
SYSTEM", O PROCESSO DE BOLONHA E A INICIATIVA
EUROPEIA PARA O INTERCÂMBIO DE CADETES E
JOVENS OFICIAIS**

MAJ ART Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2010/2011

Lisboa – 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**OS "MILITARY EUROPEAN CREDIT TRANSFER
SYSTEM", O PROCESSO DE BOLONHA E A INICIATIVA
EUROPEIA PARA O INTERCÂMBIO DE CADETES E
JOVENS OFICIAIS**

MAJ ART Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2010/2011

Orientador:

TCOR TMMA Joaquim Manuel Martins do Vale Lima

Lisboa – 2011

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza nunca é obra de uma única pessoa, mas antes o somatório de um conjunto de contributos. Nesse sentido, gostaria de agradecer ao meu Orientador, Tenente-Coronel Joaquim Vale Lima pela permanente disponibilidade e apoio demonstrado. O seu olhar crítico e construtivo em muito contribuiu para a estruturação e rigor metodológico deste trabalho.

Gostaria também de agradecer ao meu amigo Sylvain Paile, Investigador da Universidade de Liege, o qual acompanhou a “Iniciativa de troca de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo *Erasmus*” desde a sua fundação, dedicando todo o seu trabalho de investigação a esta área. O seu conhecimento profundo tanto da Iniciativa como dos sistemas de ensino superior militar na União Europeia vem plasmado na sua vasta obra. O seu contributo, as discussões que tivemos tanto por correio electrónico como presencialmente em muito contribuíram para a sustância aqui apresentada. Uma palavra também de agradecimento para Hans-Bernhard Weisserth e para Dirk Dubois ambos do Colégio Europeu de Segurança e Defesa, pela disponibilização de informação, tendo-me mantido sempre ao corrente de todas as evoluções ocorridas durante o período de realização deste trabalho. A sua perspectiva construtiva, materializada por um conhecimento anterior e pela realização de entrevistas, contribuíram também para o conteúdo deste trabalho.

Torna-se também importante agradecer à Direcção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, em particular à Dr.^a Isabel Elias da Costa, ao Dr. Francisco Marques e Dr. Paulo Branco pela permanente disponibilização de informação. Também uma palavra de agradecimento aos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar, em particular à Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, na pessoa dos seus Comandantes, pela disponibilidade em me receber e permitirem a realização de várias entrevistas. Aqui uma palavra especial de agradecimento para o Coronel Feliciano da Academia Militar, profundo conhecedor da Iniciativa, com quem partilhei mais que uma vez um conjunto de reflexões sobre esta temática, bem como ao Tenente-Coronel Luís Infante e Capitão-Tenente Jaime Ferreira da Silva pelas ideias e contributos que em muito enriqueceram este trabalho.

Por fim – e porque guardamos sempre o melhor para o fim – uma palavra de especial de agradecimento para a Ana, tanto pela paciência que tem tido durante estes meses, como pelo trabalho de revisão efectuado.

A todos que me ajudaram, o meu muito obrigado.

Índice	
Agradecimentos	i
Índice	ii
Resumo	iv
<i>Abstract</i>	v
Palavras-chave	vi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	vii
Introdução	1
1. O Ensino Superior Público Militar Português	7
a. O Ensino Superior Nacional	7
b. O Ensino Superior Público Militar Português	9
2. A Iniciativa	12
a. Origens.....	12
(1) Antecedentes	12
(2) A criação da Iniciativa	13
b. Linhas de Desenvolvimento	15
(1) Desenvolvimento de um Sistema de Equivalências	16
(2) Comparação dos cursos existentes, por competências.....	16
(3) Desenvolvimento de conteúdos para a Internet	17
(4) Criação de uma plataforma electrónica.....	17
(5) Desenvolvimento de um mecanismo de integração e apoio	17
(6) Implementação do programa a nível nacional	18
(7) Educação ao longo da vida	18
(8) Desenvolvimento de Módulos comuns.....	19
c. Instrumentos	19
d. Desenvolvimentos recentes	20
3. A mobilidade no Ensino Superior	22
a. O Programa <i>Erasmus</i>	22
(1) Programa de Mobilidade de Estudantes.....	22
(2) Programa de Mobilidade nos Estágios.....	23
(3) Programas Intensivos	23
b. Impacte da mobilidade no Ensino Superior.....	23
4. Modelo de participação da Iniciativa.....	27
a. Modelos de participação	27
(1) Modelo de Participação em pequenos módulos de formação.....	27
(2) Modelo de participação na fase da dissertação ou estágio.....	28
(3) Modelo de participação semestral.....	28
b. Avaliação do Modelo Proposto	29
(1) Avaliação do modelo de participação em pequenos módulos de formação	30
(2) Avaliação do modelo de participação na fase da dissertação ou estágio.....	31
(3) Avaliação do modelo de participação semestral.....	32

5. Análise e discussão dos resultados	34
a. Resposta às questões derivadas.....	34
b. Teste de hipóteses.....	37
c. Questão de Partida	39
Conclusões.....	41
Bibliografia.....	46

Anexos

Anexo A – Linha de Orientação Metodológica.....	A1
Anexo B – Corpo de Conceitos	B1
Anexo C – Unidades curriculares identificadas	C1
Anexo D – Enquadramento Legal da Decisão do CESD	D1
Anexo E – Mapa multidimensional	E1
Anexo F – Resumo da Análise Multidimensional da Comparação dos Modelos	F1

Resumo

Sabemos que existe uma interação contínua entre os processos formativos e a realidade existente, sendo este um processo biunívoco. Nesse sentido, o presente trabalho tem uma importância fundamental uma vez que permite uma melhor compreensão de uma tendência que temos vindo a observar no seio do ensino superior militar europeu, através da Iniciativa de troca de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no programa *Erasmus*.

É neste sentido que pretendemos avaliar o impacto que esta Iniciativa terá no Ensino Superior Militar Nacional, sendo este impacto avaliado ao nível das estruturas e instrumentos, ao nível das instituições, bem como ao nível dos alunos. Concorrentemente pretendemos caracterizar o ensino superior militar nacional, perceber a origem e os objectivos da Iniciativa, avaliar as repercussões da internacionalização no ensino superior, bem como propor e avaliar modelos de participação do ensino superior nacional na Iniciativa.

Para atingir estes objectivos usamos o percurso metodológico proposto por Quivy & Campenhoudt (2008), recorrendo essencialmente a documentos oficiais, bem como trabalhos e estudos de autores de referência sobre a iniciativa. Para a recolha de material empírico efectuamos entrevistas a responsáveis de diversas instituições, nacionais e estrangeiras. Para avaliar o nosso modelo, recorreremos a uma tipologia de análise multidimensional proposta por Collier, Laporte and Seawright (2010), formulando e hierarquizando o nosso mapa conceptual. Sendo um fenómeno recente, ainda não se encontram disponíveis estudos que avaliem o seu impacto, pelo que recorreremos a trabalhos sobre as repercussões da internacionalização no ensino superior, transferindo estas conclusões para o nosso estudo, com base na ferramenta proposta por Gerring (2010).

Assim, este estudo vem demonstrar que existem três possíveis modelos de participação, (i) em pequenos módulos de formação; (ii) na fase de dissertação e/ou estágio; e (iii) com um modelo semestral. Quanto aos impactos, percebemos que a participação nacional (i) não requer alterações ao nível da estrutura e instrumentos; (ii) não conduz a uma perda da identidade nacional; (iii) traz ganhos ao nível da transferência de conhecimentos, as quais têm repercussões na qualidade do ensino; (iv) têm ganhos ao nível das competências dos futuros Oficiais; e que (v) contribui para o aprofundamento de uma cultura de qualidade e excelência.

As conclusões a que chegamos permitem aos decisores ter um melhor conhecimento da iniciativa, avaliar os seus ganhos e consequências, abrindo novos horizontes sobre a possível participação nacional.

Abstract

There is a continuous bi-directional interaction between higher education and the existing reality. Therefore, this work is of fundamental importance because it provides a better understanding of a trend that we've seen in higher education within the European Initiative on exchanges of young officers inspired by Erasmus.

We intend to evaluate the impact that this Initiative will have on national military higher education's structures and instruments, institutions, as well as students. We also want to address the structure of the Portuguese military higher education, the aim and objectives of the Initiative, assess the impact of internationalization in higher education, while proposing and evaluating possible participation models in the Initiative.

We used the methodological approach proposed by Quivy & Campenhoudt (2008), essentially using the documents officers, as well as studies by reference authors on the initiative. We collected empirical data based in interviews to heads of various institutions, both domestic and foreign. To evaluate our model, we used a multidimensional analysis tool addressed by Collier, Seawright and Laporte (2010), allowing us to formulate and our conceptual map. Being a recent phenomenon, aren't any available studies that evaluate the impact of the Initiative. This is why we used several studies on the implications of internationalization in higher education, transferring these findings for our study, based on the tool presented by Gerring (2010).

This study clearly argues that there are three possible models participation, (i) in small training modules, (ii) during the thesis and / or traineeship, and (iii) a semestrial model. As for impacts, we found that (i) participation in the Initiative does not require changes in structure and instruments of national education, (ii) that participation does not contribute to a loss of national identity, (iii) the participation in the Initiative provides gains in terms of knowledge transfer, which have impact on teaching quality, (iv) that the participation of future Officials in the Initiative enhances the level of their skills, and that (V) participation contributes to the deepening of a quality and excellence culture in higher education.

The conclusions we reach will enable decision makers to have better knowledge of the Initiative, evaluate their gains and consequences, while opening new horizons of the possible national participation.

Palavras-chave

Ensino Superior Militar; Erasmus; Formação Oficiais; Política Comum de Segurança e Defesa; Iniciativa de troca de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no programa Erasmus; Internacionalização Ensino Superior.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AESD	Academia Europeia de Segurança e Defesa
AFA	Academia da Força Aérea
AKU	<i>Anthonomus Knowledge Unit</i>
AM	Academia Militar
CESD	Colégio Europeu de Segurança e Defesa
ECTS	<i>European Credit Transfer and Accumulation System</i>
EESPM	Estabelecimento de Ensino Superior Militar
EESPPM	Estabelecimento de Ensino Superior Politécnico Militar
EESPUM	Estabelecimento de Ensino Superior Universitário Militar
EMACS	<i>European Military Academies Commanders Seminar</i>
EMILYO	<i>Exchange of MILitary Young Officers</i>
EN	Escola Naval
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
EUAFAs	<i>European Air Force Academies</i>
EUC	<i>Erasmus University Charter</i>
H	Hipótese
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
LoD	Linhas de Desenvolvimento
MECTS	<i>Military ECTS</i>
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
QD	Questão Derivada
QP	Questão de Partida
UE	União Europeia

Excellence breeds excellence, while mediocrity fosters mediocrity
(Athans, 2001: 3)

Introdução

Com o presente trabalho de investigação pretendemos efectuar uma análise do impacto que a Iniciativa de troca de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo *Erasmus*, poderá ter no Ensino Superior Público Militar Português. Concorrentemente, pretendemos apresentar um possível modelo de participação nacional na Iniciativa, efectuando uma análise da sua eventual implementação.

Como sabemos, existe uma interacção contínua entre os processos formativos e a realidade existente no mundo do trabalho. Esta interacção desenvolve-se num processo biunívoco, onde uma realidade interage com a outra, influenciando-se mutuamente sendo mais notória quando abordamos o ensino superior, uma vez que é esta a fase que ocorre imediatamente antes da sua entrada no mercado de trabalho.

O fim da Guerra Fria, e a perda de um inimigo definido, transforma a tipologia das operações. Na actualidade, observamos a existência de um número cada vez maior de operações multinacionais, as quais ocorrem fora do território dos Estados. Esta transformação na forma de aplicação da força militar teve – e continua a ter – impacto na formação ministrada no Ensino Superior Militar, preparando as novas gerações de elites militares para esta nova realidade.

Simultaneamente, fruto de um processo de globalização, o papel do Estado-Nação encontra-se em profunda mutação. A educação, ao forjar as elites, sempre teve um papel central no Estado. No entanto, a internacionalização do ensino – em particular do ensino superior – vem alterar o domínio nacional dos Estados europeus sobre esta ferramenta. Nos últimos anos temos vindo a observar uma progressiva integração ao nível do ensino superior, em particular no que diz respeito à mobilidade no espaço europeu (Wit, 2003: 175-176). Esta mesma ideia de soberania no ensino superior é realçada pelo Prof. Veiga Simão, afirmando que se por um lado a Europa do conhecimento não conhece fronteiras, por outro existe uma clara tendência para uma internacionalização e consequente perda de identidade do sistema de ensino superior nacional (Simão, Santo and Costa, 2002: 19). Concorrentemente, e no seio dos Estados-Membros da União Europeia (UE), uma outra alteração exógena ao ensino superior começa a moldar-se, há cerca de uma década. A criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), actual Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), propõe uma nova arquitectura de segurança europeia, a qual vem trazer a necessidade de adaptação do Ensino Superior Militar (Paile, 2010: 13-14).

É neste contexto que a Presidência Francesa do Conselho da UE (Julho a Dezembro 2008) lançou a “Iniciativa Europeia para o intercâmbio de Jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no Programa Erasmus”¹. Esta iniciativa tem por objectivo proporcionar aos futuros oficiais, bem como aos seus docentes, uma experiência intercultural, assente nos valores europeus, durante o seu período de formação inicial. Assim, pretende-se aumentar o nível de preparação destes jovens militares para operarem em forças multinacionais, as quais são uma característica da actualidade em geral, e das operações europeias em particular (Academia Militar, 2009: 2).

O trabalho ora proposto tem uma importância fundamental para os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar nacionais, uma vez que permite compreender melhor um movimento paulatino que se começa a delinear no seio do Ensino Superior Militar Europeu. Entendemos que a presente investigação pode efectuar um contributo importante, tentando aferir o impacte que este movimento poderá vir a ter no Ensino Superior Público Militar Nacional.

É no contexto explanado anteriormente que nos surge o tema ora proposto, ou seja, os "Military European Credit Transfer System", o Processo de Bolonha, e a Iniciativa Europeia para o Intercâmbio de Cadetes e Jovens Oficiais. Neste sentido, reconhecemos, por um lado, a existência de uma interacção contínua entre os processos formativos e a realidade existente e, por outro, o aparecimento de uma nova corrente no seio do Ensino Superior Militar ao nível da UE. Deste modo, pretendemos perceber qual o impacte que esta Iniciativa terá no Ensino Superior Público Militar, tanto ao nível estrutural, como ao nível do seu desenvolvimento.

A presente temática encontra-se relacionada com o processo formativo dos Oficiais das Forças Armadas Nacionais. Este processo tem – como vimos – uma interacção com a realidade exógena, motivo pelo qual o presente estudo se encontra também enquadrado no desenvolvimento e aprofundamento da PCSD da UE em geral, onde se enquadra a presente Iniciativa.

Assim, o presente trabalho encontra-se interligado com o Ensino Superior Público Militar Nacional no âmbito do Processo de Bolonha, com o processo de Formação de Oficiais para as Forças Armadas Nacionais, e com o desenvolvimento da PCSD da UE.

¹ Por motivos de simplificação, passaremos a designar a Iniciativa de troca de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo *Erasmus*, por “Iniciativa”.

Tal como já foi referido, o objecto de estudo do presente trabalho incide no impacto que a Iniciativa terá no Ensino Superior Público Militar. A realidade do Ensino Superior em Portugal apresenta-nos um sistema dual, repartido entre o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, o qual tem reflexos no Ensino Superior Público Militar, onde encontramos também uma vertente Universitária e outra Politécnica. No entanto, a participação nacional na Iniciativa tem-se realizado ao nível do Ensino Universitário, pelo que desde logo limitamos o nosso estudo às Instituições de Ensino Superior Público Universitário Militar.

Verificamos também que a Iniciativa apela claramente ao período de formação inicial dos Oficiais. Nesse sentido, focamos a nossa atenção nas três Instituições de Ensino Superior Público Universitário Militar que ministram formação inicial, *i.e.* a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM) e a Academia da Força Aérea (AFA), abordando apenas a quarta instituição de Ensino Superior Público Universitário Militar, *i.e.* o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), quando aplicável. Ainda neste contexto, limitaremos a nossa análise aos Alunos, uma vez que é sobre este universo que poderemos encontrar uma maior variedade de dados. Assim, não abordaremos o impacto que a mobilidade poderá ter ao nível dos docentes e pessoal auxiliar.

Naturalmente, e a nível geográfico, o presente estudo limita-se, de uma forma geral, ao território dos actuais Estados-Membros da UE, e em particular ao impacto nas instituições nacionais. Deste modo, centramo-nos na realidade nacional, observando – sempre que tal se justifique – os desenvolvimentos em outros Estados-Membros, tentando também efectuar uma visão de conjunto.

Quanto à limitação temporal, a presente investigação foca-se nos desenvolvimentos ocorridos após o lançamento da Iniciativa, *i.e.*, após o segundo semestre de 2008, e tenta efectuar uma análise do seu impacto num futuro próximo. Esta limitação prende-se com o facto de que qualquer estudo aprofundado que vá além desta referência temporal obriga a construção de um cenário prospectivo de desenvolvimento, tanto da situação internacional, como dos Estados-Membros, como ainda do desenvolvimento do Ensino Superior, na sua vertente “civil” e militar. A simples construção – e justificação – de um cenário prospectivo seria merecedora de um Trabalho de Investigação *per si*.

Ainda no âmbito das limitações, e a quando da efectivação de uma proposta, focámos a nossa atenção nos cursos cujo grau académico é atribuído pela instituição de ensino superior militar, deixando de fora da análise todos os cursos da área da saúde. Também não analisamos os cursos que são ministrados em parceria com instituições de

ensino superior civil, que encontrem paridade no foro civil, ou ainda que são possíveis alvos de reconhecimento por parte de entidades externas, como são os casos dos cursos na área das engenharias e da gestão da AM e da AFA. Deste modo, quando efectivamos uma proposta, de participação, esta é aplicável apenas aos cursos de Marinha na EN, das Armas (Infantaria, Artilharia e Cavalaria) na AM, e de Pilotagem na AFA. Assim, estimamos que as conclusões do presente estudo venham a ser aplicáveis às Instituições de Ensino Superior Público Militar, em primeiro lugar às Instituições Universitárias responsáveis pela formação inicial, podendo também ter utilidade – sempre que aplicável – às restantes Instituições de Ensino Superior Público Militar. Por fim, deixamos ainda de parte qualquer abordagem ao processo de avaliação e acreditação do ensino superior.

A presente investigação visa – como objectivo geral – verificar os impactes que a Iniciativa pode ter no Ensino Superior Militar Nacional. Estes serão analisados em duas perspectivas. Por um lado, pretendemos verificar possíveis implicações ao nível das estruturas e instrumentos, *i.e.*, se a participação nacional na Iniciativa requererá ou requer alterações estruturais. Concorrentemente, pretendemos avaliar a participação das Instituições Nacionais na Iniciativa, verificando eventuais ganhos e perdas, ao nível de desempenho quer das instituições, quer dos alunos.

Tendo definido o objectivo geral, o presente trabalho tem também objectivos específicos, os quais permitem ajudar a atingir o objectivo geral. Primariamente, urge conhecer e caracterizar o Ensino Superior Público Militar. Seguidamente, pretendemos aprofundar a origem, objectivos, linhas de acção e os instrumentos propostos pela Iniciativa. Outro objectivo visa analisar as repercussões que a internacionalização poderá ter no ensino superior. Tendo-nos já debruçado tanto no Ensino Nacional como na Iniciativa, estamos pois em condições para propor um possível modelo de participação nacional, transformando-se esta análise no quarto objectivo específico. Uma vez proposto um modelo de participação, estamos pois em condições de definir o quinto objectivo específico, que consiste em efectuar uma avaliação do modelo de participação nacional.

Assim, ao delinear e atingir sequencialmente estes objectivos, estamos em condições para avaliar o impacte que a Iniciativa tem no Ensino Superior Militar Nacional. Concorrentemente, e de forma transversal a todos estes objectivos, verificamos os contributos que a Iniciativa pode ter ao nível da identidade nacional, da qualidade do ensino, bem como das competências para os futuros Oficiais das Forças Armadas.

Para o desenvolvimento de presente trabalho de investigação propomos a seguinte Questão de Partida (QP):

QP: Que impacte terá no Ensino Superior Público Universitário Militar português a Iniciativa para o intercâmbio de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo Erasmus?

À presente Questão de Partida opusemos as seguintes Hipóteses (H):

- H1: A participação na Iniciativa não requer alterações ao nível da estrutura e instrumentos do Ensino Superior Público Militar nacional.
- H2: A participação na Iniciativa conduz a uma perda da identidade nacional.
- H3: A participação nacional na Iniciativa traz ganhos ao nível da transferência de conhecimento e consequente qualidade no Ensino Superior Público Militar.
- H4: A participação nacional na Iniciativa aumenta as competências dos futuros Oficiais das Forças Armadas.
- H5: A participação nacional na Iniciativa contribui para o aprofundamento de uma cultura de qualidade e excelência do Ensino Superior Público Militar.

Para nos ajudar a atingir os objectivos específicos, propomos as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD1: Como se caracteriza o Ensino Superior Público Militar Nacional?
- QD2: Como se caracteriza a Iniciativa?
- QD3: Quais as repercussões que a internacionalização pode ter no ensino superior?
- QD4: Qual o possível modelo de participação nacional na Iniciativa?
- QD5: Quais as vantagens e desvantagens da participação nacional na Iniciativa, e quais as suas implicações?

Em Anexo A pode ser consultado um mapa que contém a Linha de Orientação Metodológica.

Quanto ao percurso metodológico, seguimos a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), a qual é também adoptada pelo IESM. No capítulo das fontes, recorreremos essencialmente a documentos oficiais, tanto nacionais como da UE. Recorreremos também a trabalhos e estudos publicados de diversos autores que abordam tanto a origem e caracterização da Iniciativa, como aqueles que abordam e caracterizam o Ensino Superior Nacional, e em particular o Ensino Superior Público Militar.

Para recolha de material empírico, efectuamos entrevistas de alguns membros de estruturas nacionais, nomeadamente no Ministério da Defesa Nacional e nos EESPUM. Entrevistamos também dirigentes do Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD),

bem como dirigentes e investigadores de *think tanks* nacionais e estrangeiros. Nestas entrevistas, utilizamos a técnica de *Elite Interviewing*, a qual é uma forma especializada de entrevista pessoal, que envolve interacção directa entre o investigador e o entrevistado. Não sendo esta uma entrevista estandardizada, ela obriga a uma personalização, sendo preparada especificamente pelo entrevistado, tendo em conta as suas funções e background (Johnson and Reynolds, 2005: 271). Face à sensibilidade das questões tratadas, efectuamos as entrevistas no âmbito da *Chatham House Rules* (Chatham House, 2002).

Na formulação de conceitos e respectivos indicadores, optamos pelo modelo proposto por Collier, Laport & Seawright (2010), focando-nos em tipologias multidimensionais, as quais podem ser descritas através do uso de vários indicadores. Os mesmos autores oferecem uma ferramenta que utilizamos para formular e hierarquizar um quadro de referência conceptual, que nos permite mapear a nossa investigação. Para a extrapolação de conclusões, optamos pela ferramenta apresentada por Gerring (2010), em particular no que se refere à incorporação de caso similares. Esta ferramenta, usada com os devidos cuidados, permite-nos – com alguma segurança – extrapolar conclusões. Para a articulação e demonstração das relações causais, seguimos o modelo proposto por Castro (2009).

No primeiro capítulo, centramo-nos no ensino superior militar nacional, em particular no ensino universitário de formação inicial. Seguidamente, analisamos a Iniciativa, verificando os seus antecedentes, bem como as linhas de acção e os seus instrumentos. No terceiro capítulo, descrevemos as ferramentas de internacionalização já existentes no contexto europeu, *i.e.* o Programa Erasmus, avaliando também as suas repercussões. Posteriormente, efectuamos uma proposta de participação, a qual tem em consideração dois cenários, um de manutenção do *statu quo* no ensino superior militar, e outro que incorpora uma alteração dos *curricula*. Ainda neste capítulo, apresentamos uma avaliação da proposta de participação, analisando as suas vantagens, inconvenientes, bem como as possíveis implicações. Após esta avaliação, estamos pois em condições para efectuar a análise e discussão dos resultados, tendo esta lugar no capítulo quinto, ao que se seguem as conclusões. Para uma melhor compreensão da terminologia empregue no presente trabalho, pode ser consultado em Anexo B o Corpo de Conceitos.

1. O Ensino Superior Público Militar Português

Neste capítulo pretendemos fazer uma incursão no ensino superior nacional, analisando a sua estrutura e organização, bem como o impacte que o processo de Bolonha teve em toda a estrutura. Seguidamente, iremos caracterizar o ensino superior público militar nacional, focando a nossa atenção nos cursos de Marinha da EN, nos cursos das Armas (Infantaria, Artilharia e Cavalaria) da AM, e nos cursos de Pilotagem da AFA.

a. O Ensino Superior Nacional

A Constituição da República Portuguesa preconiza que “todos têm direito à educação e à cultura” (Art.º 73º da Lei Constitucional n.º 1/2005), e que “todos têm direito ao ensino” (Art.º 74º da Lei Constitucional n.º 1/2005), incumbindo ao Estado a necessária regulamentação deste sector. É neste enquadramento que em 1986 é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, a qual vem sofrendo várias alterações. Em 2005, o Estado altera uma vez mais esta Lei, abrindo caminho à introdução das alterações preconizadas pelo processo de Bolonha.

O sistema educativo português compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar, sendo na educação escolar que encontramos os ensinos básico, secundário e superior (Art.º 4º da Lei nº 49/2005). Ainda segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino superior tem como objectivos formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais. O ensino superior nacional encontra-se articulado em ensino universitário e ensino politécnico. O ensino universitário está orientado para promoção de investigação e de criação do saber, habilitando para o exercício de actividades profissionais, fomentando o desenvolvimento das capacidades de concepção, inovação e análise crítica. Já o ensino politécnico encontra-se “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais” (Art.º 11º da Lei nº 49/2005).

O mesmo diploma define que o ensino superior confere os graus académicos de licenciado, mestre e doutor, definindo também a forma de acesso e a duração da formação. Em concreto, o grau de licenciado e mestre pode ser atribuído pelo ensino universitário e

politécnico, estando o grau de doutor reservado ao ensino universitário (Art.º 14º da Lei nº 49/2005).

A adesão de Portugal ao processo de Bolonha contribuiu significativamente para a implementação de um conjunto de reformas no ensino superior nacional, das quais destacamos a publicação de princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior, pelo Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de Fevereiro. Nesta legislação é incorporada, no edifício normativo nacional, o sistema de créditos ECTS², substituindo deste modo o sistema de créditos consignado no Decreto-Lei n.º 173/80, de 29 de Maio. Com esta standardização, define-se *iner alia*, que o número de créditos correspondente ao trabalho de um ano curricular realizado a tempo inteiro é de 60 ECTS. Este Decreto-Lei pretende também incrementar a mobilidade após a formação, definindo uma escala europeia de comparabilidade de classificações, consagrando a atribuição de um Suplemento ao Diploma, como facilitador de um mais rápido reconhecimento de graus académicos dentro do espaço europeu (Decreto-Lei n.º 42/2005).

Após a definição dos princípios reguladores, em 2006 é publicado o Decreto-Lei 74/2006, que define graus académicos do ensino superior, sendo este diploma alterado posteriormente pelos Decreto-Lei n.º 107/2008 e mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 230/2009. De acordo com esta legislação, o grau de licenciado tem 180 a 240 ECTS e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos alunos. O grau de mestre tem 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos³. Em particular, e especificamente no ensino universitário, o grau de mestre pode ser conferido após um ciclo de estudos integrado, com 300 a 360 ECTS e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho. O ciclo de estudos conducente ao grau de doutor integra a elaboração de uma tese original e a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação (Decreto-Lei n.º 230/2009).

Centramos agora a nossa atenção nas instituições de ensino superior. O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior consagra natureza binária do sistema, a qual se encontra articulada em ensino universitário e ensino politécnico. O ensino superior

² ECTS – *European Credit Transfer and Accumulation System*, ou seja, Sistema Europeu de Acumulação e Transferência de Créditos.

³ Excepcionalmente, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre numa especialidade pode ter 60 ECTS e uma duração normal de dois semestres curriculares de trabalho, se for consequência de uma prática estável e consolidada internacionalmente nessa especialidade (Decreto-Lei n.º 230/2009).

compreende o ensino superior público, o qual é composto pelas instituições pertencentes ao Estado, e o ensino superior privado, composto pelas instituições pertencentes a entidades particulares e cooperativas (Art.º 4º da Lei n.º 62/2007).

As instituições de ensino universitário compreendem as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário. As instituições de ensino politécnico compreendem os institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico (Art.º 5º da Lei n.º 62/2007). Em relação aos graus académicos, verificamos que dentro do ensino universitário, apenas as universidades e os institutos universitários podem conferir o grau de doutor (Art.º 6º da Lei n.º 62/2007). Sendo um documento enquadrante, o presente regime diz expressamente que no “caso das instituições de ensino superior públicas, a presente lei não prejudica o regime especial das instituições do ensino superior militar e policial” (Art.º 179º da Lei n.º 62/2007), garantindo-se deste modo a especificidade do ensino militar.

b. O Ensino Superior Público Militar Português

Não sendo o objectivo deste trabalho efectuar uma análise da evolução histórica do ensino superior militar nacional, no presente subcapítulo iremos focar-nos na sua caracterização actual. Assim, com a publicação do Decreto-Lei N.º 37/2008 de 05 de Março é efectuada a adequação das formações militares ao novo modelo de organização do ensino superior, que foi abordado anteriormente, sendo este diploma alterado pela publicação do Decreto-Lei n.º 27/2010 de 31 de Março. Ao mesmo tempo, foi garantida a necessária especificidade do ensino militar, tentando um equilíbrio entre a integração do ensino ministrado no sistema civil por um lado, e o reconhecimento da existência de exigências específicas, as quais se encontram intimamente relacionadas com a condição militar, por outro.

Deste modo, o ensino superior público militar está inserido no sistema de ensino superior público, sendo este adaptado à satisfação das necessidades das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana. Este ensino visa a preparação de quadros altamente qualificados com competências e capacidade para comandar em situações de risco e incerteza, típicas do combate armado, garantindo uma formação comportamental consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica, bem como a preparação física e de adestramento militar (Art.º 3º do Decreto-Lei n.º 27/2010).

O referido diploma consagra como Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar (EESPM) o IESM, a EN, a AM, a AFA e a Escola do Serviço de Saúde Militar

(ESSM). Destes, o IESM, a EN, a AM e a AFA são considerados Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) e a ESSM um Estabelecimento de Ensino Superior Público Politécnico Militar (EESPPM). Em particular, a EN, a AM e a AFA, sendo estabelecimentos universitários, integram também um departamento politécnico (Art.º 4º do Decreto-Lei n.º 27/2010).

Quanto aos graus académicos, os EESPM podem conferir de forma autónoma os graus de licenciado e mestre, podendo os EESPUM associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, sendo o grau atribuído pela universidade (Art.º 13º do Decreto-Lei n.º 27/2010). Ainda sobre a associação, o Art.º 14º permite que os EESPM se possam associar com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, seja para a realização de ciclos de estudos, seja para o desenvolvimento de projectos de ensino em rede⁴. Do Decreto-Lei N.º 37/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2010, decorre também o Estatuto dos EESPM, publicado pelo Decreto-Lei n.º 27/2010, o qual apenas é aplicável à EN, AM, AFA e ESSM, tendo o IESM um estatuto próprio. Na conclusão deste edifício normativo, aguarda-se ainda a publicação dos Regulamentos de cada uma das instituições.

Tendo analisado sucintamente o enquadramento legal, e fruto das limitações impostas à nossa investigação, de seguida fazemos uma breve caracterização dos cursos de formação inicial ministrados na EN, AM e AFA, centrando a nossa atenção nos cursos de Marinha, Armas (Infantaria, Artilharia e Cavalaria) e Pilotagem⁵. Regra geral, estas formações são ministradas num ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre, os quais compreendem 300 ECTS e uma duração de 10 semestres. Apenas o curso de Pilotagem compreende 330 ECTS e tem uma duração de 11 semestres (Despacho n.º 26754/2009 de 12 de Junho do Director-Geral do Ensino Superior). Todos os cursos têm um período de estágio e compreendem a elaboração e defesa de um trabalho escrito, o qual tem a forma de dissertação de mestrado na EN e AFA, e de trabalho de investigação aplicada no caso da AM.

Em todos estes cursos, verificamos a existência de um tronco de cariz militar, seja em Operações Navais; em Organização, Tática e Logística; Ciências e Tecnologias

⁴ Esta norma é extremamente importante para o nosso trabalho, uma vez que ela permite a participação dos EESPM em iniciativas com outras instituições. Assim, estas têm a possibilidade de participar, *e.g.*, em programas *Erasmus*, dando também cobertura legal para a participação na Iniciativa.

⁵ Em bom rigor, os cursos analisados são o Mestrado em Ciências Militares Navais, especialidade em Marinha, o Mestrado em Ciências Militares, nas especialidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, e o Mestrado em Aeronáutica Militar, na especialidade de Piloto Aviador (Portaria n.º 1099/2009).

Militares; ou Ciências Militares Aeronáuticas. Estas áreas científicas materializam o conhecimento militar, incorporando uma especificidade própria, a qual não encontra um paralelismo no mundo académico civil. Concorrentemente, encontramos nos respectivos planos de estudos áreas científicas e unidades curriculares que são transversais ao mundo académico em geral. Estas áreas científicas e respectivas unidades curriculares materializam um conhecimento alargado e global, necessário aos comandantes do século XXI. É sobre estas áreas transversais que iremos incidir a nossa análise, a qual servirá para consubstanciar um dos modelos por nós propostos.

O Mestrado em Ciências Militares Navais da EN compreende 48 ECTS em Matemática, 28 ECTS em Engenharia Electrotécnica e Informática, 8,5 ECTS em Ciências Jurídicas e Ciências Políticas, 5 ECTS em Economia e Gestão, 8 ECTS em História e 6,5 ECTS em Psicologia. Nestas áreas científicas, conseguimos identificar 51 ECTS em unidades curriculares transversais. O referido plano de estudos compreende ainda uma Dissertação, com 35 ECTS, a efectuar no 10.º semestre curricular (Escola Naval, 2010).

O Mestrado em Ciências Militares, nas especialidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria da AM compreende 44 ECTS em Matemática, Informática e Representação Gráfica, 18 ECTS em História e Relações Internacionais, 16 ECTS em Economia, Gestão e Administração, 18 ECTS em Ciências Sócio-comportamentais, e 21 ECTS em Ciências Jurídicas. Nestas áreas científicas, conseguimos identificar 80 ECTS em unidades curriculares transversais. O plano de estudos compreende ainda um Estágio de Natureza Profissional, com 30 ECTS, a efectuar no 9.º e 10.º semestre curricular, o qual compreende a prática de comando e um Trabalho de Investigação Aplicada (Despacho n.º 3840/2010 de 18 de Fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército).

O Mestrado em Aeronáutica Militar, na especialidade de Piloto Aviador compreende 6 ECTS em Probabilidades e estatística, 6 ECTS em Direito, 6 ECTS em Economia, 16,5 ECTS em Gestão, e 6 ECTS em Sistemas e Tecnologias da Informação. Nestas áreas científicas, conseguimos identificar 30 ECTS em unidades curriculares transversais. O plano de estudos compreende ainda uma Dissertação, com 30 ECTS, a efectuar no 9.º semestre curricular (Despacho n.º 18029/2010 de 17 de Novembro do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea).

Em Anexo C podem ser consultadas a listagem das unidades curriculares identificadas nas três instituições.

2. A Iniciativa

No presente capítulo, pretendemos caracterizar a Iniciativa de troca de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo *Erasmus*. Inicialmente abordamos as origens da Iniciativa, analisando assim os seus antecedentes, bem como os seus objectivos. Seguidamente focamo-nos nas linhas de acção, que actualmente se encontram delineadas. No ponto seguinte, debatemos os instrumentos propostos pela Iniciativa, focando a nossa atenção no enquadramento legal vigente, bem como na proposta de adopção de ECTS militares.

a. Origens

A Iniciativa parte do princípio que a educação militar proporciona às futuras elites o necessário conhecimento do contexto sociopolítico necessário para o desempenho da sua profissão. Assim, na maioria dos países europeus, como é o caso de Portugal, o ensino superior militar tem vindo a aproximar-se dos padrões e conceitos da sua congénere civil. Não é por isso de estranhar, que a maioria dos países europeus tenha incorporado os princípios de Bolonha no seu ensino superior militar (Paile, 2010: 15). A presente Iniciativa aponta para um crescente aprofundamento do ensino superior militar, na UE. No entanto, este não é seguramente um objectivo novo, uma vez que muito antes de qualquer Programa *Erasmus*, já os militares percebiam a necessidade de formar e treinar em conjunto.

(1) Antecedentes

Centrando a nossa análise especificamente na Europa na segunda metade do século XX, verificamos que franceses e alemães iniciam um processo de integração da formação dos seus Oficiais, com a assinatura do Tratado do Eliseu a 22 de Janeiro de 1963⁶. O aprofundamento destas relações franco-germânicas leva a que, (desde 1993, no caso da marinha, e 2006, no caso do exército), as academias respectivas sejam responsáveis pela formação inicial integral dos Oficiais do outro Estado. À média de dois por ano e por componente, os cadetes franceses frequentam a formação na Alemanha, fardados com a farda alemã, falando alemão, sendo no final do curso integrados nas Forças Armadas francesas, acontecendo o mesmo com os cadetes alemães. Este nível de integração implica

⁶ Note-se que o programa *Erasmus* apenas tem início em 1987.

um nível muito grande de confiança entre estes dois sistemas educativos (Paile, 2010: 15-16).

A preocupação com a articulação do ensino superior militar tem também implicações ao nível dos decisores. Neste sentido, a partir do final da década de 1990 as academias navais criam a Conferência de Superintendentes, onde se reúnem representantes de 18 países, incluindo a Noruega e Estados Unidos. Na força aérea existe um fórum semelhante designado de Academias da Força Aérea Europeias⁷, do qual fazem parte 18 instituições, incluindo a Suíça, Noruega e Turquia. Mais recentemente, o exército reúne os decisores das suas instituições, sendo criado em 2008 o Seminário de Comandantes de Academias Militares Europeias⁸ (Paile, 2010: 16-17). Estes *fora*, sendo importantes, são ainda instituições *ad hoc*, tendo um carácter pouco institucionalizado.

A UE sentiu também a necessidade de institucionalizar a cooperação ao nível do ensino militar. É nesse sentido que, em 2003, é criado o CESD, sendo este implementado em 2005. Este organismo tem como objectivo principal contribuir para o aumento da cultura de segurança europeia, promovendo uma melhor integração da segurança e defesa na Política Externa e de Segurança Comum (PESC), promovendo a criação de uma rede de contactos entre instituições europeia com responsabilidade de formação nas áreas da segurança e defesa. Para tal, é constituído por representantes dos Estados-Membros (Conselho da União Europeia, 2005), onde tem acento o Instituto da Defesa Nacional. Desde 2008, o CESD é incumbido de uma nova tarefa: o apoio aos programas de intercâmbio na área da segurança e defesa, entre instituições de ensino dos Estados-Membros (Paile, 2010: 18).

(2) A criação da Iniciativa

A Iniciativa é criada durante o segundo semestre de 2008, sob a presidência francesa da União. No entanto, o trabalho preparatório inicia-se em Setembro de 2007, quando o Ministro da Defesa francês decide criar no seu staff uma estrutura designada de “*Erasmus Militar*”. Esta estrutura foi responsável pela criação da Iniciativa, a qual se destina a incentivar a troca de cadetes entre as instituições de ensino superior militar europeias. Nas etapas iniciais, é contactada a Comissão Europeia, a qual proporciona um enquadramento sobre o Programa *Erasmus*, tendo-se verificado que algumas instituições

⁷ No original, *European Air Force Academies (EUAFA)*.

⁸ No original, *European Military Academies Commanders Seminar (EMACS)*.

de ensino superior militar já tinham assinado uma Carta *Erasmus* (*Erasmus University Charter* – EUC)⁹. Nesta altura, o debate sobre a Iniciativa insidia no pilar onde esta se deveria situar, se no âmbito do pilar das comunidades, se no âmbito do segundo pilar¹⁰. Por um lado, a Comissão não se opõe a que as instituições de ensino superior militar utilizem os mecanismos do Programa *Erasmus*. No entanto, o objectivo do projecto é contribuir para o aprofundamento de uma cultura de segurança europeia, sendo decidido enquadrar o projecto no âmbito da PESC. Desta forma, não se duplica um instrumento que já existe, havendo também a intenção de incentivar a utilização do Programa *Erasmus* pelas instituições que dele pudessem beneficiar.

Tendo em vista a implementação da Iniciativa, é efectuado um estudo sobre a formação inicial dos Oficiais nos 27 Estados-Membros, o qual demonstra existir uma grande variedade de modelos, estruturas e *curricula*. É neste contexto que nasce a Iniciativa, a qual tem por objectivo desenvolver a interoperabilidade ao nível da formação inicial, respeitando as tradições e especificidades nacionais. Para tal, apontam-se três grandes vectores de actuação. A nível europeu, recomenda-se a criação de uma base de dados de formações disponibilizadas pelas instituições de ensino europeias, identificando os obstáculos à sua implementação. Ao nível dos Estados-Membros, recomenda-se a implementação do processo de Bolonha, e consequente o reconhecimento da formação efectuada fora do país, ao mesmo tempo que se encoraja a mobilidade dos alunos. Por fim, preconizam-se as medidas para a implementação da Iniciativa, bem como a organização de desenvolvimentos de curto-prazo (Paile, 2010: 20-22).

Em Novembro de 2008 é efectuado o primeiro seminário sobre a Iniciativa, tentando divulgar a ideia junto da comunidade de instituições de ensino militar. Após este primeiro contacto de apresentação, é criado o Grupo de Implementação que começa a contactar os Estados-Membros no sentido de designarem pontos de contacto. A primeira reunião deste Grupo de Implementação ocorreu a 19 de Fevereiro de 2009, começando os trabalhos no sentido de concretizar cinco “quick wins”: (i) a implementação de um módulo comum sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD); (ii) providenciar acesso às conclusões dos estudos efectuados sobre o ensino militar europeu; (iii) criação de um fórum dedicado à troca de programas; (iv) criação de normas regulamentares que

⁹ Em 2005 a AM assinou uma EUC, tendo a mesma caducado. Actualmente a EN já tem uma EUC assinada e a AM encontra-se a concorrer para uma nova EUC.

¹⁰ Na altura ainda não se encontrava em vigor o Tratado de Lisboa, havendo o reconhecimento formal de três pilares: o pilar comunitário, a PESC e a Cooperação em Assuntos Internos e Judiciários.

enquadrem legalmente a troca de alunos; e (v) o desenvolvimento de outros módulos comuns (Paile, 2010: 23-24).

Estes “quick wins” são alcançados ao longo de 2009. Quanto ao primeiro, é desenvolvido um módulo PESD, o qual se articula numa fase não presencial, conduzida em e-Learning, e numa fase presencial. Portugal é o primeiro Estado-Membro a participar na Iniciativa, tendo efectuado, em Setembro de 2009, o primeiro seminário PESD, o qual é organizado em conjunto pela EN, AM e AFA, contando com a presença de 39 participantes, dos quais 32 estrangeiros e 7 nacionais (Academia Militar, 2009). Em Março de 2010, Espanha organiza três seminários (um em cada Academia) sobre a PCSD (Silva, 2010). Durante o mês de Novembro de 2010, a Grécia organiza também um Seminário PCSD. Ao mesmo tempo, e mostrando um claro empenhamento nacional, a AM desenvolve, de forma autónoma, um módulo de e-Learning, o qual é posteriormente disponibilizado ao CESD (Academia Militar, 2009). Até ao final de 2010, cerca de 453 jovens Oficiais europeus participam num destes programas (European Security and Defence College, 2011: Anx. 4).

Os “quick wins” dois e três são implementados pela criação de um website vocacionado para a troca de informação. Esta plataforma, denominada “EMILYO”¹¹ entra em funcionamento em Abril de 2009 (Paile, 2010: 125). O “quick win” quatro é alcançado a 24 de Fevereiro de 2010, com a publicação da Decisão do *Steering Committee* do CESD das normas regulamentares da Iniciativa (European Security and Defence College, 2010). Quanto ao quinto objectivo, são identificadas cinco novas áreas para desenvolvimento de módulos comuns, nomeadamente (i) direito internacional humanitário, dos conflitos armados e direito marítimo; (ii) operações de apoio à paz; (iii) globalização e segurança; (iv) liderança em contexto multicultural; e (v) comunicação externa (Paile, 2010: 127).

b. Linhas de Desenvolvimento

Com o objectivo de aprofundar a Iniciativa, o Grupo de Implementação, em coordenação com o CESD, define um conjunto de Linhas de Desenvolvimento (LoD), as quais corresponde um subgrupo do Grupo de Implementação, que passamos a enumerar:

- LoD1: Desenvolvimento de um sistema de equivalências;
- LoD2: Comparação dos cursos existentes, por competências;
- LoD3: Desenvolvimento de conteúdos para a Internet;

¹¹ Acrónimo para “Exchange of MILitary Young Officers”, disponível em www.emilyo.eu

- LoD4: Criação de uma plataforma electrónica;
- LoD5: Desenvolvimento de um mecanismo de integração e apoio;
- LoD6: Implementação do programa a nível nacional;
- LoD7: Educação ao longo da vida¹²;
- LoD8: Desenvolvimento de Módulos comuns¹³ (European Security and Defence College, 2009).

(1) Desenvolvimento de um Sistema de Equivalências

Este subgrupo começa a trabalhar com as conclusões dos vários estudos efectuados sobre os sistemas de formação dos Estados-Membros. Da análise efectuada verifica-se uma vez mais, a existência de uma grande diversidade de sistemas educativos. O mesmo grupo verifica que, na maioria dos Estados-Membros, é efectuada uma distinção entre a componente *académica* dos cursos, *i.e.*, a componente do curso que tem uma correspondência no ensino superior à qual são atribuídos ECTS e, uma componente *vocacional*¹⁴ da formação, a qual compreende a formação e adestramento militar, à qual não são atribuídos ECTS.

Deste modo, e em relação ao desenvolvimento de um sistema de equivalências, para a componente académica é recomendada a utilização do sistema de ECTS. Quanto à componente vocacional, a identificação de um conjunto de critérios que permita um sistema de equivalências é mais moroso (Paile, 2010: 128-129), não se encontrando ainda completamente definido.

(2) Comparação dos cursos existentes, por competências

Este subgrupo apenas começa a trabalhar no início de 2010, e tem por objectivo seleccionar um processo para identificar instituições e formações que desenvolvam as mesmas competências. O objectivo é facilitar a identificação de instituições para efectuar troca de alunos. Para tal, este subgrupo desenvolve matrizes de comparação de formações, tendo por base a Carta Europeia de Qualificações. O passo seguinte envolve o desenvolvimento de um sistema de garantia de qualidade, encontrando-se ainda em desenvolvimento (Paile, 2010: 130).

¹² A LoD 7 apenas é criada em 2009.

¹³ A LoD 8 apenas é criada em 2010.

¹⁴ A escolha do termo “*vocacional*”, pelo seu significado em português, não se constitui como a melhor opção. No entanto, utilizaremos esta terminologia por respeito à tradução do original.

(3) Desenvolvimento de conteúdos para a Internet

O desenvolvimento de conteúdos para a Internet tem por objectivo criar e disponibilizar cursos em e-Learning, os quais servem como meio de aproximação entre instituições de ensino militar. Estes conteúdos encontram-se organizados de acordo com as áreas de formação do “quick win” um e cinco, *i.e.*, PCSD; Direito Internacional Humanitário, dos Conflitos Armados e Direito Marítimo; operações de apoio à paz; globalização e segurança; liderança em contexto multicultural; e comunicação externa. No entanto, até ao momento, apenas existem disponíveis conteúdos na forma de Unidades de Conhecimento Autónomo (*Autonomous Knowledge Unit - AKU*) no âmbito da PCSD, estando disponíveis seis módulos. Estes módulos podem ser usados pelo CESD nas suas formações, podendo também ser usados pelas instituições de ensino europeias.

(4) Criação de uma plataforma electrónica

Com base nas ferramentas técnicas desenvolvidas para atingir os “quick wins” dois e três, o desenvolvimento de uma plataforma centra-se na capacidade de esta identificar potenciais parceiros e respectivas condições para efectuar a troca de estudantes. Assim, a plataforma, que está a ser construída, permitirá consultar em detalhe a organização do ensino em todas as instituições, bem como os programas oferecidos onde poderão participar alunos estrangeiros. Deste modo, espera-se que ainda durante 2011 esta plataforma esteja concluída, sendo previsível que a disponibilização da informação seja faseada (Paile, 2010: 131).

(5) Desenvolvimento de um mecanismo de integração e apoio

Esta linha de desenvolvimento tem por intenção aprofundar os ganhos do “quick win” quatro, e tem por objectivo o estabelecimento de um suporte legal que enquadre a troca de docentes e discentes. Em particular, pretende-se a operacionalização de um modelo de acordo para troca de alunos, um modelo de acordo para a troca de docentes, um modelo de acordo de parceria entre instituições, bem como a definição de um enquadramento legal para toda a Iniciativa (Paile, 2010: 131).

Como vimos anteriormente, este “quick win” é alcançado com a publicação da Decisão do *Steering Committee* do CESD das normas regulamentares da Iniciativa (European Security and Defence College, 2010). Assim, este subgrupo trabalha actualmente na monitorização da implementação desta Decisão, verificando a necessidade de actualização e adequação dos instrumentos criados.

(6) Implementação do programa a nível nacional

O subgrupo que trabalha nesta linha de desenvolvimento efectua o acompanhamento da implementação da Iniciativa a nível nacional, identificando os eventuais obstáculos, e propondo possíveis formas de os ultrapassar. Pretende-se numa primeira fase que as instituições nacionais aprofundem a implementação do processo de Bolonha, incorporando deste modo as ferramentas que permitem a mobilidade. Numa segunda fase pretende-se que seja efectuada a promoção desta mobilidade, quer a nível nacional quer a nível internacional. Concorrentemente, solicita-se às Instituições que reconheçam a formação efectuada noutro Estado-Membro¹⁵.

Numa Europa a 27, a língua ainda se constitui como uma barreira. Nesse sentido, e ainda nesta linha de acção, pretende-se que as instituições desenvolvam e disponibilizem formações em duas línguas, para além da língua oficial do Estado-Membro. Com esta acção, pretende-se reduzir o impacte da língua, aumentando a possibilidade de participação de outras instituições (Paile, 2010: 133).

(7) Educação ao longo da vida

Esta linha de desenvolvimento tem como objectivo principal a utilização de instrumentos já existentes para o mundo civil, *e.g.* o programa *Erasmus*. Esta ideia parte da constatação de que algumas instituições já têm uma EUC, usando-a para a promoção da mobilidade dos seus alunos, seja com outras instituições militares, seja com congéneres civis. Deste modo, incentivam-se as instituições que tenham o estatuto de ensino superior a subescrever uma EUC, e a usá-la para a mobilidade ao nível académico. A utilização do Programa de Mobilidade de Estudantes, do Programa de Mobilidade nos Estágios, ou de Programas Intensivos, permite satisfazer a quase totalidade das necessidades de mobilidade dos EESPUM¹⁶.

No entanto, esta linha de desenvolvimento é mais ambiciosa, uma vez que pretende também facilitar a troca ao nível da componente *vocacional*. Para tal, e porque esta não se enquadra no Programa *Erasmus*, existe a necessidade de encontrar uma ferramenta que

¹⁵ No que concerne ao reconhecimento da formação efectuada fora da instituição de origem, as instituições dividem-se actualmente em três grandes grupos. Um primeiro grupo de instituições envia os alunos para participar num seminário internacional e não reconhece a formação efectuada. Um segundo grupo, reconhece a formação de forma suplectiva, ou seja, incorpora a formação no suplemento ao diploma do aluno, mas continua a exigir que o aluno complete a totalidade do plano de estudos. Um terceiro grupo reconhece totalmente a formação, e incorpora-a no plano de estudos. Pelas entrevistas efectuadas, as instituições nacionais enquadram-se no segundo grupo.

¹⁶ Estes programas vão ser analisados em maior detalhe no ponto 3.a..

seja adequável, exequível, e – talvez mais importante – financiada através de fundos comunitários (Paile, 2010: 134-135).

(8) Desenvolvimento de Módulos comuns

O subgrupo dedicado ao desenvolvimento de módulos comuns aparece como uma continuação do “quick win” cinco. Como vimos, são identificadas cinco novas áreas para desenvolvimento de módulos comuns, nomeadamente (i) direito internacional humanitário, dos conflitos armados e direito marítimo; (ii) operações de apoio à paz; (iii) globalização e segurança; (iv) liderança em contexto multicultural; e (v) comunicação externa. Esta linha de acção encontra-se actualmente a desenvolver conteúdos, tendo solicitado a cada instituição a nomeação de especialistas em cada uma das áreas.

c. Instrumentos

Neste subcapítulo pretendemos descrever os instrumentos propostos para a iniciativa, em particular a decisão do *Steering Committee* do CESD sobre o enquadramento legal, mencionando brevemente o conceito de ECTS Militares, ou seja, de MECTS.

O enquadramento legal da Iniciativa é definido pela Decisão SC/2010/1 de 24 de Fevereiro de 2010 do *Steering Committee* do CESD, o qual pode ser consultado em Anexo D. O documento começa por definir um conjunto de termos utilizados, definindo em seguida que o seu objectivo é fortalecer a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros e promover uma cultura de segurança e defesa europeia. Seguidamente o documento apresenta alguns princípios, dos quais destacamos o reconhecimento mútuo da formação ministrada.

Quanto à responsabilidade financeira, a instituição de origem é responsável por suportar as deslocações até ao destino, bem como os respectivos vencimentos e eventuais subsídios. A instituição receptora suporta as despesas relacionadas com educação, alojamento, transporte e material, nas mesmas condições dos seus nacionais. A dimensão disciplinar continua reservada à instituição de origem, estando vedada à instituição receptora qualquer capacidade de aplicação de medidas disciplinares. No entanto, o pessoal que é enviado para a instituição receptora fica automaticamente obrigado a cumprir com todas as normas e regulamentos locais. Do mesmo modo, o pessoal enviado pode exercer funções de comando relacionadas com a formação, nas mesmas condições que os nacionais da instituição receptora.

Para a participação em actividades de troca de pessoal, as instituições devem previamente implementar acordos onde devem ser definidos, *i.a.*, os termos e condições de

selecção, o número de alunos e/ou docentes envolvidos, a duração do período de troca, as unidades curriculares, a língua de aprendizagem, bem como a jurisdição e o Acordo sobre o Estatuto da Força¹⁷ aplicável. No final da declaração é definido ainda que o Grupo de Implementação deve propor recomendações ao CESD até Outubro de 2013, para que o diploma seja revisto até 31 de Dezembro de 2014. Como anexos, a decisão apresenta ainda um conjunto de modelos de acordos os quais devem ser definidos antes do processo de intercâmbio (European Security and Defence College, 2010).

Como vimos anteriormente, a LoD preconiza o desenvolvimento de um sistema de equivalências entre as várias instituições. Como vimos, para a componente académica é proposta a utilização de ECTS. Já para a componente vocacional não existia um mecanismo institucionalizado que permitisse a comparação das competências. É neste contexto que se propõe a utilização de MECTS. Segundo o documento, a adopção dos MECTS pelas instituições seria facultativa, servindo estes unicamente para a componente vocacional, apenas nas situações onde o sistema de ECTS não seja aplicável (European Security and Defence College, 2010). No entanto, e devido a pressões da Comissão, o conceito de MECTS veio a ser abandonado pelo CESD, passando apenas a ser usado o sistema ECTS (European Security and Defence College, 2011: 8).

d. Desenvolvimentos recentes

A Iniciativa tem vindo a desenvolver uma série de acções, com vista à sua divulgação e aprofundamento. Para além da permanente actualização da página Emilyo, é também criado um recurso transversal a toda a formação do CESD, com a criação de um repositório de informação sobre a PCSD. Concorrentemente, o CESD lança o número zero de uma *Newsletter* sobre a mobilidade, em Fevereiro deste ano.

Neste documento-piloto, o CESD pretende divulgar a todos os participantes as oportunidades de mobilidade existentes, tanto no seio da Iniciativa como num contexto mais alargado. Simultaneamente pretende-se divulgar a procura de parceiros por parte das instituições. É interessante observar que algumas instituições procuram parceiros tanto ao abrigo da Iniciativa, como ao abrigo do programa *Erasmus*. Neste painel, verifica-se também o largo espectro de possíveis trocas entre as instituições, as quais podem ocorrer tanto ao nível dos alunos, como dos docentes e dos investigadores. Numa observação mais pormenorizada, verificamos a abrangência das trocas, que vão desde a oferta de pequenos

¹⁷ *Status of Forces Agreement (SOFA)*.

módulos, tanto de componente académica como vocacional, até à troca de alunos durante semestres completos. No entanto, a Iniciativa actualmente não se centra só na formação inicial dos alunos, verificando-se também solicitações de parcerias para doutoramentos.

Deste modo, concluímos que a Iniciativa se encontra em pleno período de desenvolvimento e expansão. Verificamos também que os Estados-Membros estão a aderir à iniciativa. No entanto, não verificamos um alinhamento claro que permita inferir o trajecto futuro que a Iniciativa terá num futuro próximo, fruto da grande diversidade de estruturas existentes ao nível da formação inicial dos jovens Oficiais.

3. A mobilidade no Ensino Superior

No presente capítulo, pretendemos avaliar o impacto que a internacionalização tem no Ensino Superior. Nesse sentido, inicialmente introduzimos o programa *Erasmus*, analisando de forma breve as ferramentas disponíveis. Sabemos também que a Iniciativa é ainda recente, pelo que não se encontra disponível uma grande quantidade de estudos sobre as suas consequências. No entanto, existem bastantes estudos que analisam o impacto da mobilidade internacional dos estudantes universitários, em particular do programa *Erasmus*. É neste enquadramento, e com a preocupação de comparar apenas o que é comparável, que neste capítulo apresentamos também alguns estudos sobre a mobilidade internacional dos estudantes do ensino superior.

a. O Programa Erasmus

Neste subcapítulo centramo-nos nas ferramentas disponíveis no Programa *Erasmus*, o qual tem como objectivo apoiar a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior e reforçar o contributo do ensino superior e do ensino profissional avançado no processo de inovação a nível Europeu. Este Programa é conduzido pela Comissão Europeia, sendo a entidade responsável, em Portugal, a Agência Nacional PROALV¹⁸. A participação neste programa obriga à candidatura e posterior assinatura da EUC. Este é um documento essencial, sem o qual nenhuma instituição se pode candidatar a qualquer iniciativa.

Após a instituição ter assinado uma EUC, esta pode candidatar-se a programas. Uma vez que existe uma grande variedade de programas, centramo-nos apenas nos mais importantes, nomeadamente nos Programas Mobilidade de Estudantes, Mobilidade nos Estágios, e Programas Intensivos. A candidatura a estes programas pode ser efectuada de forma individual ou em Consórcio, onde neste último modelo, apenas uma das Instituições tem de ter uma EUC válida (PROALV, 2010).

(1) Programa de Mobilidade de Estudantes:

Tem a duração mínima de 3 meses e máxima de 12 meses, devendo corresponder a um semestre/trimestre na instituição de destino. O aluno recebe uma bolsa, cujo valor é variável, e que em média é de € 300,00/mês, a qual deve ser usada para transporte e

¹⁸ Site da Agência Nacional PROALV: <http://www.proalv.pt>.

despesas de subsistência. A instituição que envia o aluno recebe € 100,00/mês/estudante, com o intuito de promover a informação, suportar custos administrativos, e promover/divulgar o programa *Erasmus*.

(2) Programa de Mobilidade nos Estágios:

Tem a duração mínima de 2 meses e meio (10 semanas) e máxima de 12 meses. Durante este período o aluno pode ser projectado para uma universidade, centro de investigação ou empresa (incluindo uma Unidade Militar), podendo defender o relatório de estágio na instituição receptora ou na instituição de origem. O aluno recebe uma bolsa, cujo valor é variável, e que em média é de € 400,00/mês, a qual deve ser usada para transporte e despesas de subsistência. A instituição que envia o aluno recebe € 100,00/mês/estudante, com o intuito de promover a informação, suportar custos administrativos, e promover/divulgar o programa *Erasmus*.

(3) Programas intensivos:

Destina-se a financiar projectos de curta duração (*e.g.* Seminários). Tem uma duração mínima de 2 semanas e máxima de 6 semanas. Nestes programas intensivos é necessária a participação mínima de três instituições de países diferentes, sendo uma delas a instituição organizadora. Cada instituição participante compromete-se a enviar um mínimo de 10 alunos.

Este programa suporta a mobilidade de alunos e docentes, com um máximo de 60 alunos e 20 docentes. Cada aluno recebe em média € 300,00 por duas semanas e os docentes uma média de € 80,00 por dia. Os alunos e docentes da instituição organizadora não recebem qualquer apoio. A instituição organizadora recebe € 5.000,00 para suportar custos de secretariado.

b. Impacte da mobilidade no Ensino Superior

A UE tem mais de vinte anos de experiência com o Programa *Erasmus* (Ploeg and Veugelers, 2008: 89). Durante este período, cerca de 2 milhões de estudantes atravessaram as fronteiras europeias, participando em inúmeros programas e projectos (González, Mesanza and Mariel, 2010: 2). O Processo de Bolonha, ao introduzir um sistema comparável e homogéneo de graus académicos, a adopção de ECTS, a promoção da cooperação europeia ao nível da qualidade, veio facilitar a mobilidade e o reconhecimento, tendo deste modo também contribuído para incentivar a mobilidade internacional dos jovens estudantes (Gérard, 2008: 97-98). Seguidamente analisamos as vantagens de

participação em programas internacionais, focando a nossa atenção inicialmente nas instituições, e seguidamente nos alunos.

Existem vários estudos que analisam o impacto de programas de mobilidade internacional. Em particular, Teicher (2004) defende que a internacionalização das instituições de ensino superior, em particular através do programa *Erasmus*, se constitui como uma clara vantagem ao nível da transferência de conhecimento. O autor defende que a transferência de conhecimento é mais frequente, mais intensa e mais rápida nos países que têm programas de internacionalização. Esta transferência é efectuada através de um conjunto de instrumentos, em particular, (i) de livros e outro tipo de suporte de informação, (ii) de mobilidade física de estudantes e investigadores, e (iii) através de programas internacionais de investigação e ensino.

Teicher oferece-nos uma excelente perspectiva, ao argumentar que os princípios da transferência de conhecimento são substancialmente diferentes dos princípios da transferência de bens e serviços, sublinhando que aqueles que partilham o seu conhecimento não o perdem – apenas perdem a exclusividade desse conhecimento. Esta perda é compensada pela referência à origem do conhecimento através do processo de citação. Assim, a entidade produtora do conhecimento ganha reputação internacional que – sem a sua partilha – não teria. Ao mesmo tempo, a transferência de conhecimento efectua-se numa via de dois sentidos. Sempre que uma instituição de ensino superior transfere conhecimento, por regra, recebe conhecimento, aumentando assim o seu repositório.

Ao nível europeu, é a mobilidade de estudantes e investigadores que permite uma rápida internacionalização, levando deste modo a um aumento na frequência, intensidade e rapidez da transferência de conhecimento. Por esta razão a mobilidade física, em termos absolutos, tem tendência para aumentar, na Europa. No entanto, em termos relativos, e comparado com outras actividades de transferência de conhecimento, tem tendência para diminuir. Esta aparente dessintonia prende-se com o facto de que a transferência de conhecimento, quando iniciada pela mobilidade física, tem tendência para crescer, mesmo depois do programa de mobilidade ter terminado, uma vez que se mantém as ligações (Teichler, 2004: 10-14), sendo esta uma clara vantagem para as instituições.

Ainda ao nível das instituições, a questão da economia de escala aplicada ao ensino superior é muitas vezes colocada. No entanto, os estudos efectuados não comprovam esta ideia. Em particular, Ederveen & Thissen (2008) defendem que a qualidade da educação não depende nem da população nem do tamanho do público alvo, não se verificando também uma relação entre a redução de custos com o ensino, e a quantidade de população.

Os autores rejeitam a aplicabilidade da teoria de economia de escala ao ensino superior (Ederveen and Thissen, 2008: 120-121), defendendo o aumento da qualidade como consequência do *spillover* obtido pela mobilidade dos estudantes (Ederveen and Thissen, 2008: 124), estando esta conclusão de acordo com a ideia de Teichler (2004). Ainda uma abordagem aos argumentos de Athans (2001), que defende que o ensino superior deve ter como objectivo a excelência, ou nas suas palavras “Be the best” (Athans, 2001: 3). Esta mesma ideia é também defendida por Carvalho (2003), remetendo que o objectivo da excelência é alcançado pela qualidade e o reconhecimento do mérito (Carvalho, 2003: 404-406). Neste sentido, podemos afirmar que um aumento da qualidade que advém da transferência de conhecimento e da internacionalização tem repercussões na cultura de excelência das instituições de ensino superior.

Podemos também observar vantagens na mobilidade internacional ao nível dos estudantes. Vários são também os estudos que apontam nesta direcção, demonstrando o aumento de competências por parte dos alunos que frequentam programas internacionais. Uma das primeiras vantagens em que se centra a participação num programa *Erasmus* refere-se ao aumento da autonomia do aluno, uma vez que este é colocado num ambiente desconhecido. A mobilidade tem também impacte ao nível da maturidade, do desenvolvimento pessoal, bem como de competências. Em particular, a participação em programas internacionais aumenta as competências para trabalhar em ambientes internacionais, tornando estes alunos mais predispostos a um ambiente multinacional (Bracht et al., 2006: 220-221).

Teichler apresenta-nos conclusões semelhantes, uma vez que defende que uma experiência de aprendizagem internacional contribui para uma melhor preparação para trabalhar em ambiente internacional, bem como contribui também para o desempenho de funções nacionais que tenham uma ligação internacional. Para além destas competências, os estudos apontam que o desenvolvimento de uma língua estrangeira – normalmente o inglês – tem também um impacte significativo (Teichler, 2007: 212-219).

Um dos objectivos apontados para o programa *Erasmus* prende-se com o desenvolvimento de uma identidade e cidadania europeia (González, Mesanza and Mariel, 2010: 2), em particular através das futuras elites. No entanto, os estudos realizados junto de estudantes que participaram em programas *Erasmus* não comprovam este objectivo. Na realidade, a participação em programas internacionais desenvolve a interacção entre estudantes europeus. O nível de identidade europeia entre os estudantes não aumenta durante e pós programa internacional, tendo de facto diminuído em alguns casos (Sigalas,

2010: 255-256). Este facto pode ser explicado pela observação da diferença. Ao conviver com alunos de outros países, os estudantes percebem melhor as diferenças, aprendendo a valorizar mais a sua origem e a sua cultura. O mesmo autor oferece-nos uma ideia interessante, ao defender que a interacção de estudantes europeus, com os ganhos que observámos anteriormente, é mais eficaz quanto menor for a idade dos seus participantes (Sigalas, 2010: 261).

De facto, estas conclusões de estudos mais abrangentes sobre a internacionalização são coerentes com os estudos até agora realizados ao nível da Iniciativa. O treino conjunto constitui-se como um factor potenciador da interoperabilidade das forças armadas dos Estados-Membros da UE. Assim, verifica-se que a Iniciativa contribui para a interoperabilidade, criando um novo tipo de sinergias (Silva and Paile, 2010: 55-56). Como vimos anteriormente, estas sinergias são tanto mais eficazes quanto menor for a idade dos participantes, concorrendo assim para o argumento de que a internacionalização deve ocorrer no início da carreira.

Em particular, e em relação ao Seminário PESD realizado em Lisboa, em Setembro de 2009, é caracterizado por um nível elevado de satisfação dos alunos, semelhante ao nível de satisfação obtido pela participação de alunos no Programa *Erasmus* (Silva and Paile, 2010: 50) (Bracht et al., 2006: 165). Ao mesmo tempo, fica demonstrado um aumento de competências ao nível da comunicação numa língua estrangeira. Concorrentemente, verifica-se um aumento das redes de contactos, (Silva and Paile, 2010: 51) o que terá impacte na transferência de conhecimento, e consequentemente nas instituições.

4. Modelo de participação da Iniciativa

No presente capítulo pretendemos apresentar possíveis modelos de participação dos estabelecimentos de ensino superior público universitário militar na Iniciativa, efectuando seguidamente uma avaliação crítica. Numa primeira fase apresentamos os modelos, os quais assentam em dois cenários, um de manutenção do *statu quo* no ensino superior militar, e outro que incorpora uma alteração dos *curricula*. No primeiro cenário apresentamos dois possíveis modelos de participação, e no segundo, um modelo de participação. Cada um dos modelos apresentados pode ser operacionalizado recorrendo ou não aos mecanismos do programa *Erasmus*, com recursos a uma EUC. Na segunda parte do capítulo, efectuamos uma avaliação de cada um desses modelos.

a. Modelos de participação

(1) Modelo de Participação em pequenos módulos de formação

Este modelo de participação não implica nenhuma alteração ao nível do ensino superior público militar, assentando na manutenção do *statu quo* actual. Deste modo, a Iniciativa assenta na realização de pequenas formações de 1 a 2 semanas, sobre temáticas transversais, como a PCSD, Operações de Apoio à Paz, Direito Humanitário e dos Conflitos Armados, entre outras.

Neste enquadramento, cada instituição define os módulos que pretende disponibilizar numa plataforma criada pela LoD4, procurando na mesma plataforma as formações para onde enviar os seus alunos. Para melhor operacionalizar este modelo, e ao nível dos seminários de comandantes das instituições, podem ser definidas semanas onde ocorrem estas formações, tentando não as fazer coincidir com períodos lectivos ou de outras actividades. Assim, *e.g.*, próximo do início e/ou final dos semestres são definidas “semanas de mobilidade” dedicadas ao envio e recepção de estudantes para a frequência de módulos.

Caso as instituições pretendam usar a sua EUC, pode ser usado o Programa Intensivo. Este programa destina-se a financiar projectos de curta duração, com uma duração mínima de 2 semanas, e máxima de 6 semanas, sendo necessária a participação mínima de três instituições de países diferentes.

(2) Modelo de participação na fase da dissertação ou estágio

Este modelo de participação também não implica nenhuma alteração no cenário actual, uma vez que todas as instituições nacionais têm um período dedicado à elaboração de um trabalho escrito, seja uma dissertação de mestrado ou um trabalho de investigação aplicada. De acordo com os temas abordados, cada instituição identifica uma instituição congénere onde o aluno possa desenvolver o trabalho de pesquisa na área em apreço. Neste modelo, deve haver um orientador e um co-orientador, sendo um da instituição de origem e outro da instituição receptora, facilitando deste modo a ligação com ambas as instituições. Quanto à defesa pública, esta pode ser efectuada em qualquer instituição. No entanto, e devido ao peso que a nota da dissertação tem na classificação final, entendemos que preferencialmente a apresentação e defesa pública do estudo deva ocorrer na instituição de origem.

Este modelo é bastante abrangente, uma vez que em relação à instituição receptora, não se limita a instituições de ensino militar. Caso um aluno pretenda, *e.g.*, investigar a aplicação táctica de um determinado material, a instituição de ensino militar do país de destino pode efectuar a necessária ligação com uma unidade operacional onde o aluno efectue a sua investigação.

No caso de utilização da EUC, o Programa de Mobilidade nos Estágios é o mais adequado, uma vez que tem a duração mínima de 10 semanas, e máxima de 12 meses, podendo o aluno ser projectado para uma universidade, centro de investigação ou empresa (incluindo uma Unidade Militar). Neste caso, o aluno pode defender o relatório de estágio na instituição de destino ou na instituição de origem.

(3) Modelo de participação semestral

O presente modelo implica um cenário de alteração dos *curricula*, e assenta na ideia de existência de um conjunto de áreas científicas e unidades curriculares que encontrem paralelismo no ensino superior civil. De facto, no ponto 1.c. identificamos um conjunto de 51 ECTS no curso de Marinha da EN, 80 ECTS no curso das Armas da AM, e 30 ECTS no curso de Pilotagem da AFA, os quais – pelo seu programa – não compreendem um conhecimento estritamente militar, e que por isso podem ser ministrados fora da instituição militar.

Deste modo, o presente modelo assenta na possibilidade de concentrar um mínimo de 30 ECTS num semestre específico, apontando inicialmente para o 5.º semestre. A escolha deste semestre assenta em dois critérios, (i) não se efectuar nos primeiros anos de

formação, onde os alunos ainda se encontram num processo inicial de incorporação dos valores militares, e simultaneamente (ii) não se efectuar nos últimos anos, sendo por norma, esta a altura onde são ministrados um maior número de unidades curriculares específicas para o desempenho da função.

Neste semestre, as instituições nacionais (EN, AM e AFA) exigiriam aos seus alunos que concluíssem um mínimo de 30 ECTS. Esta opção poderá ter por base um currículo rígido. *i.e.*, a definição *à priori*, de um conjunto de unidades curriculares, ou um currículo opcional, definindo apenas as áreas científicas onde deveriam ser efectuados os créditos. Ao mesmo tempo, cada instituição disponibilizaria esses mesmos 30 ECTS em unidades curriculares ministrados em língua inglesa. Ainda como trabalho preparatório, cada instituição identificaria instituições congéneres que disponibilizassem a mesma formação. Deste modo os alunos poderiam optar por (i) efectuar os 30 ECTS na instituição de origem; (ii) efectuá-los numa qualquer instituição universitária nacional ou; (iii) candidatar-se a efectuar os necessários ECTS numa instituição internacional.

Neste 5.º semestre, as instituições militares nacionais, tendo os seus alunos a frequentar formação fora das suas instalações, e uma vez que ao mesmo tempo disponibilizariam formação em língua inglesa, transmitiriam às suas congéneres europeias a disponibilidade em receber alunos estrangeiros para a formação de um semestre, podendo também receber alunos nacionais.

Caso a instituição decidisse usar a sua EUC, o Programa de Mobilidade de Estudantes seria o mais adequado, uma vez que este tem a duração mínima de 3 meses, e máxima de 12 meses, devendo corresponder a um semestre/trimestre na instituição de destino.

b. Avaliação do Modelo Proposto

Como sabemos a Iniciativa é ainda recente pelo que não existem estudos aprofundados sobre o seu impacto. No entanto, necessitamos de calibrar o nosso aparelho de medida, e para tal, na presente avaliação, usamos a ferramenta apresentada por Gerring (2010) sobre casos similares. Assim, partimos do pressuposto de que existe uma elevada probabilidade das observações obtidas num universo maior – o ensino superior “civil” – serem válidas num universo mais reduzido – o ensino universitário militar – uma vez que (i) estamos a observar o comportamento de seres humanos no ensino superior, (ii) a estrutura do ensino superior militar encontra-se integrada no ensino superior “civil”, e (iii) o ensino superior militar incorpora os instrumentos da Declaração de Bolonha. Recorremos

também à ferramenta proposta por Collier, Laport & Seawright (2010), focando-nos em tipologias multidimensionais de análise para a comparação dos vários modelos, podendo ser consultado o Mapa multidimensional em Anexo E. A primeira dimensão – a qual se apresenta como transversal a todos os modelos – centra-se com a necessidade de adaptação das estruturas e instrumentos dos EESPUM. Como vimos no Capítulo 1, o Ensino Superior Militar incorpora os princípios da declaração de Bolonha no que respeita à harmonização dos ciclos de estudos, ao reconhecimento externo dos seus graus, bem como à adopção de ECTS nos seus *curricula*, pelo que concluímos que nenhum dos modelos propostos implica uma alteração ao nível das estruturas e instrumentos.

Uma segunda dimensão, também transversal, prende-se com o aprofundamento de uma identidade europeia e consequentemente perda de identidade nacional. Nesta dimensão pretendemos argumentar que não é linear que um aumento na identidade europeia seja sinónimo de perda de identidade nacional. Na nossa perspectiva, estas dimensões encontram-se em patamares diferentes, não havendo *vis-a-vis* uma relação directa. Ainda assim, e pelos dados abordados no capítulo 3, verificamos que a participação de alunos em programas internacionais aumenta as relações com outras realidades, mas não aumenta a identidade europeia. De facto, os estudos apontam para um crescimento de uma identidade nacional nos alunos que frequentam programas internacionais.

Seguidamente analisamos cada um dos modelos sobre a perspectiva da transferência de conhecimento e aumento de competências dos alunos, em particular sobre a autonomia e maturidade; capacidade em trabalhar em ambientes internacionais; desenvolvimento de uma língua estrangeira. Analisamos também as implicações para os EESPUM.

(1) Avaliação do Modelo de Participação em pequenos módulos de formação

Relativamente à transferência de conhecimento, o modelo de participação em pequenos módulos de formação, fruto da sua duração, traz menos vantagens. Neste modelo um número ainda significativo de alunos vão atravessar as fronteiras dos Estados-Membros. No entanto, a duração desta mobilidade condiciona uma efectiva transferência de conhecimento. Relativamente ao aumento de autonomia e maturidade dos alunos, podemos verificar também uma vantagem, ainda que ligeira, uma vez mais fruto da curta duração da mobilidade. Já a capacidade em trabalhar em ambientes internacionais tem uma

maior dimensão, uma vez que o aluno fica exposto a um número significativo de diferentes culturas e nacionalidades. Por fim, a língua estrangeira que o aluno desenvolve é seguramente o inglês, ainda assim com algumas limitações, fruto da curta duração. Este modelo pode ainda ter implicações ao nível do número de ECTS/ano que o aluno frequenta. Como vimos no Capítulo 1, o plano curricular correspondente a um ano lectivo apenas pode contar a 60 ECTS. Perante este cenário, duas situações se colocam: (i) ou o plano curricular contempla estes créditos, contando para os 60 ECTS anuais, ou (ii) o plano não contempla a frequência destes créditos, ficando o aluno com $60 + n$ créditos, onde n representa os créditos efectuados em mobilidade. No entanto, nenhuma destas situações se constitui como um obstáculo, uma vez que se está incluído no plano curricular, o módulo deve estar disponível para todos os alunos, onde alguns o frequentam em mobilidade. Se não está incluído, não é necessário para obter o grau, o que não invalida que os alunos se possam inscrever em mais de 60 créditos/ano.

Quanto às implicações para os EESPUM, estes têm de incluir a participação dos seus alunos em cursos de curta duração, e simultaneamente, desenvolver e oferecer cursos de pequena duração. Estes cursos devem ser ministrados em inglês, devendo haver uma coordenação internacional sobre a altura do ano lectivo onde esta formação deva ocorrer. Caso pretenda recorrer ao financiamento *Erasmus*, o estabelecimento deve subscrever uma EUC, e encontrar previamente três ou mais parceiros que pretendam efectuar um Programa Intensivo.

(2) Avaliação do Modelo de participação na fase da dissertação ou estágio

Este modelo implica que o aluno se desloque a outro Estado-membro para efectuar a sua investigação. Assim, a duração da mobilidade é maior, estando o aluno apenas exposto a uma realidade internacional e a uma língua externa. Deste modo, a transferência de conhecimento é maior que no modelo anterior, uma vez que a duração é também maior. Quanto às competências dos alunos, verificamos que a autonomia é claramente mais elevada, uma vez que os alunos estão fora do seu país, sem uma rede social e familiar de apoio. Quanto à capacidade em trabalhar em ambientes internacionais, esta é a opção que tem menor vantagem, uma vez que o aluno faz investigação – e não tem aulas – o que pode limitar os seus contactos com outras nacionalidades. Quanto à língua estrangeira, haverá claramente um enfoque não só no inglês, mas também na língua oficial da instituição de destino.

Relativamente às instituições, verificamos que deve haver uma rede de contactos prévios que permita identificar claramente os locais de destino mais apropriados para cada trabalho de investigação. Simultaneamente, a instituição deve estar preparada para acolher alunos de outros países, dando corpo ao princípio da reciprocidade. Caso pretenda recorrer ao financiamento *Erasmus*, o estabelecimento deve subscrever uma EUC, sendo a este nível o modelo mais simples.

(3) Avaliação do Modelo de participação semestral

Este modelo é o que – de forma geral – traz maiores vantagens. Relativamente à transferência de conhecimento, este é o modelo que oferece mais vantagens, uma vez que é aquele onde se verifica maior mobilidade, tanto interna como externa. O facto de, durante um semestre, receber alunos de várias nacionalidades, bem como alunos nacionais de outras instituições, conjugado com a possibilidade de os alunos dos estabelecimentos militares frequentarem um semestre no estrangeiro ou noutra instituição, aumenta tanto a quantidade como a qualidade da transferência de conhecimento.

Quanto às competências dos alunos, verificamos um aumento ao nível da autonomia. No entanto, e em relação às competências para trabalhar em ambientes internacionais, apenas beneficiam os alunos que se deslocam ao estrangeiro, e que fiquem nos estabelecimentos militares, convivendo com a diversidade. Já os alunos que se deslocarem a universidades civis não têm um desenvolvimento tão aprofundado. No entanto, são aqueles que têm a oportunidade de se deslocar ao estrangeiro, onde é maior o desenvolvimento desta competência, uma vez que eles têm uma interacção muito grande com a instituição de destino, pela frequência das unidades curriculares. Para estes, e quanto à língua estrangeira, há claramente um enfoque não só no inglês, mas também na língua oficial da instituição de destino.

No que diz respeito às instituições, este é claramente o modelo que provoca um maior número de adaptações. Logo à partida, há que alterar a ordem dos *curricula*. Seguidamente, há que repensar a avaliação nesse semestre, uma vez que os alunos têm instituições de destino diferenciadas. Seguidamente, existe a necessidade de criar e disponibilizar em inglês um conjunto de unidades curriculares que funcionem durante um semestre. Por fim, existe a necessidade de identificar instituições de destino (nacionais e estrangeiras), negociar *curricula*, divulgar a iniciativa junto dos parceiros e da sociedade civil. Caso pretenda recorrer ao financiamento *Erasmus*, o estabelecimento devem

subscrever uma EUC, e encontrar instituições de destino internacionais que também tenham subscrito uma EUC.

Por fim, mesmo não sendo objecto do presente trabalho, mas tendo em conta a actual realidade nacional, queremos ainda efectuar uma breve avaliação do impacte financeiro da participação, a qual é transversal a todos os modelos. A actual conjuntura financeira impõe critérios rigorosos de utilização das verbas públicas. Em particular, o sector da segurança e defesa deve ser alvo de cortes orçamentais, os quais limitam – necessariamente – a participação nacional. É por este motivo que temos vindo a analisar a possibilidade de participação em todos os modelos propostos com recurso ao programa *Erasmus*. De facto, pela utilização de uma EUC, os EESPM podem aceder a fontes de financiamento comunitárias, atenuando deste modo as restrições financeiras existentes. Com recurso a este mecanismo, a participação nacional na Iniciativa pode ocorrer, sem um impacte significativo nas finanças públicas.

Em Anexo F pode ser consultado um Resumo da Análise Multidimensional da Comparação dos Modelos.

5. Análise e discussão dos resultados

No presente capítulo pretendemos efectuar a análise e discussão dos resultados. Para tal, respondemos a cada uma das questões derivadas, tendo por base a investigação efectuada e apresentada anteriormente. Seguidamente debatemos e testamos as hipóteses por nós identificadas, concluindo com a resposta à nossa questão de partida.

a. Resposta às questões derivadas

Neste subcapítulo respondemos sequencialmente às questões derivadas. Para tal, recordamos a primeira:

QD1: Como se caracteriza o Ensino Superior Público Militar Nacional?

Podemos afirmar que o Ensino Superior Público Militar se encontra perfeitamente enquadrado no ensino superior nacional, sendo este adaptado à necessidade das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana. Tal como no ensino superior, o ensino superior militar encontra-se articulado em ensino universitário e ensino politécnico. Como instituições de Ensino Universitário temos a EN, a AM, a AFA e o IESM. Destes, apenas os primeiros três efectuem formação inicial dos jovens Oficiais.

Os cursos de formação inicial são – regra geral – ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, com uma duração entre dez e onze semestres, a que corresponde 300 a 330 ECTS. Em todos os cursos verificamos a existência de um tronco de cariz militar, o qual materializa o conhecimento militar, incorporando deste modo uma especificidade própria. Concorrentemente encontramos um conjunto de unidades curriculares e áreas científicas transversais, as quais materializam um conhecimento alargado e global, necessário para os comandantes do século XXI, correspondendo estas áreas a 30 a 80 ECTS do percurso formativo.

Tendo respondido à primeira questão derivada, recordemos a segunda:

QD2: Como se caracteriza a Iniciativa?

A iniciativa tem origem no segundo semestre de 2008, sobre presidência francesa da União, e tem como objectivo um crescente aprofundamento do ensino superior militar na UE. Inicialmente, são criados uma série de “*quick wins*”, os quais foram alcançados ao longo de 2009. Actualmente a Iniciativa tem oito Linhas de Desenvolvimento (LoD), estando estas articuladas e coordenadas por um Grupo de Implementação. De entre elas, destacamos o desenvolvimento de um sistema de equivalências, a criação e desenvolvimento de uma plataforma electrónica, e o desenvolvimento de módulos comuns.

A iniciativa tem também instrumentos, dos quais realçamos a existência de um enquadramento legal, que serve de base para a troca de alunos e docentes entre instituições. Concorrentemente, desenvolve um sistema de créditos com vista a tornar comparável a componente vocacional dos cursos. Mais recentemente a Iniciativa tem concretizado uma série de programas de divulgação – de onde salientamos a *newsletter* – com vista a ampliar a sua abrangência. De facto, verificamos que um conjunto significativo de instituições disponibilizam e procuram acções de formação de duração e grau académico variado.

A terceira questão derivada aparece-nos formulada do seguinte modo:

QD3: Quais as repercussões que a internacionalização poderá ter no ensino superior?

No que se refere à internacionalização do ensino superior verificamos que o programa *Erasmus* se constitui como uma ferramenta de referência a nível europeu. Para a participação neste programa as instituições de ensino superior devem candidatar-se a uma EUC, existindo três tipos diferenciados. A assinatura de uma EUC permite a participação em vários programas, dos quais salientamos o Programa de Mobilidade de Estudantes, o Programa de Mobilidade nos Estágios e os Programas Intensivos. Esta internacionalização tem tido um impacte, o qual tem vindo a ser estudado pela comunidade académica. Este impacte tem repercussões ao nível da instituição e ao nível dos alunos. Ao nível da instituição verifica-se a existência de um aumento da transferência de conhecimento com a internacionalização, sendo este incremento verificado ao nível da frequência, intensidade e rapidez. Esta transferência, sendo um processo dinâmico e biunívoco – tem várias repercussões, das quais salientamos o reconhecimento internacional, e a recepção de transferências de conhecimento de outras instituições.

Ao nível dos estudantes, verificamos que a participação em programas de mobilidade internacional traz benefícios ao nível da autonomia, da maturidade e do desenvolvimento pessoal. Simultaneamente, observa-se nestes alunos um aumento das competências para trabalhar em ambientes multinacionais, bem como para o desempenho de funções no país de origem, mas com dimensão internacional. É interessante verificar também que a participação nestes projectos não aumenta a identidade europeia, havendo estudos que comprovam que a identidade nacional é reforçada. Por fim, constata-se ainda que este conjunto de vantagens é maior quanto menor for a idade do aluno, verificando-se assim uma mais-valia em efectuar estes programas numa fase inicial da formação.

Recordamos agora a quarta questão derivada:

QD4: Qual o possível modelo de participação nacional na Iniciativa?

Quanto ao modelo de participação, apresentamos no presente trabalho três modelos os quais assentam em dois cenários, um de manutenção do *statu quo* no ensino superior militar, e outro que incorpora uma alteração dos *curricula*. No primeiro cenário apresentamos dois possíveis modelos de participação, e no segundo cenário, um modelo de participação. Cada um dos modelos apresentados pode ser operacionalizado recorrendo ou não aos mecanismos do Programa *Erasmus*, com recursos a uma EUC. No modelo de participação em pequenos módulos de formação, a implementação de Iniciativa passa pela participação e disponibilização de pequenos módulos, e áreas coincidentes com a LoD 8. O modelo de participação na fase de dissertação ou estágio implica o envio dos alunos para o estrangeiro na fase da realização da sua dissertação ou trabalho de investigação aplicada. Estes dois modelos não implicam grandes alterações na estrutura do ensino superior militar.

O modelo de participação semestral assenta na hipótese de concentração de um conjunto de unidades curriculares identificadas, de cariz transversal, num único semestre. Nesse semestre, os EESPUM disponibilizariam essas unidades curriculares em inglês, e permitiriam que os seus alunos as frequentassem (i) na própria instituição; (ii) em instituições universitárias civis; ou (iii) em instituições estrangeiras, ao abrigo da Iniciativa. Saindo alunos da instituição de origem, esta estaria disponível para receber alunos de instituições estrangeiras ou instituições civis, consagrando um verdadeiro semestre da mobilidade. Este modelo obrigaria à alteração do alinhamento dos *curricula* dos EESPUM. Por fim, queremos apenas realçar que todos estes modelos podem ser implementados com recurso a uma EUC, através - respectivamente - dos Programas Intensivos, Programas Mobilidade nos Estágios, e Programas Mobilidade.

Recordemos agora a quinta questão derivada:

QD5: Quais as vantagens e desvantagens da participação nacional na Iniciativa, e quais as suas implicações?

Para a análise da participação nacional na Iniciativa, e face ao curto espaço de tempo existente e à inexistência de estudos aprofundados, recorreremos aos estudos efectuados no âmbito da mobilidade no ensino superior “civil”. Para tal, e recorrendo à ferramenta de casos similares apresentado por Gerring (2010), conseguimos afirmar que existe uma elevada probabilidade das observações obtidas num universo maior – o ensino superior “civil” – serem válidas num universo mais reduzido, uma vez que (i) estamos a observar o comportamento de seres humanos no ensino superior, (ii) a estrutura do ensino superior militar encontra-se integrada no ensino superior nacional, e (iii) o ensino superior

militar incorporou os instrumentos da Declaração de Bolonha. Deste modo, e recordando as vantagens identificadas na QD3, concluímos que todos os modelos de participação são possíveis e todos trazem vantagens. Como mais vantajoso o modelo de participação semestral, por ser aquele que permite uma maior transferência de conhecimento para a instituição, sendo também o que mais contribui para o desenvolvimento de competências dos alunos. Ao mesmo tempo, este é o modelo que requer um maior grau de adaptação dos EESPUM.

b. Teste de hipóteses

Com base nas respostas até aqui encontradas, vamos seguidamente testar as hipóteses apresentadas. Como primeira hipótese apresentamos:

H1: A participação na Iniciativa não requer alterações ao nível da estrutura e instrumentos do Ensino Superior Público Militar nacional.

Na resposta à QD1, verificamos que o ensino superior militar se encontra perfeitamente integrado no ensino superior nacional. De facto, os EESPM integram nas suas estruturas e instrumentos todos os princípios da declaração de Bolonha, nomeadamente na harmonização da duração dos ciclos de estudos, no reconhecimento, bem como na introdução de ECTS. Na QD2, verificamos que a Iniciativa não requer nenhuma adaptação especial por parte das instituições, propondo instrumentos, dos quais destacamos o enquadramento legal. Face ao exposto, damos como comprovada a nossa primeira hipótese.

Para o teste da segunda, terceira e quarta hipóteses, recorreremos à ferramenta de casos similares apresentado por Gerring (2010), apresentada na QD5, sendo todas as conclusões apresentadas com reserva. Assim, recordemos a segunda hipótese:

H2: A participação na Iniciativa irá conduzir a uma perda da identidade nacional.

O primeiro factor que queremos salientar é que não encontramos antagonismos entre a existência de uma identidade nacional e de uma identidade europeia, uma vez que estas se situam a níveis diferentes. Ainda assim, usando a ferramenta de Gerring (2010), e tendo em consideração a resposta à QD3, verificamos que a participação em programas de mobilidade não aumenta a identidade europeia. O facto dos alunos se encontrarem inseridos num contexto social diferente faz com que, em certos casos, se observe um aumento da identidade nacional. Face ao exposto, somos de parecer que provavelmente a

participação na iniciativa não irá conduzir a uma perda de identidade nacional, pelo que rejeitamos – com reserva¹⁹ – a segunda hipótese.

Debruçamo-nos agora sobre a terceira hipótese:

H3: A participação nacional na Iniciativa trará ganhos ao nível da transferência de conhecimento e consequente qualidade no Ensino Superior Público Militar.

Recordamos a resposta à QD3, onde se verifica a existência de um aumento da transferência de conhecimento com a internacionalização, sendo este incremento verificado ao nível da frequência, intensidade e rapidez. No corpo do trabalho, e em particular no ponto 3.b., verificamos que a qualidade das instituições de ensino superior não depende do tamanho da instituição nem tampouco do público-alvo, sendo rejeitada a teoria da economia de escala aplicada ao ensino. Segundo Ederveen & Thissen (2008: 124), a qualidade é consequência do *spillover* obtido pela mobilidade. Assim, constatamos que provavelmente a participação nacional na Iniciativa tem ganhos ao nível da transferência de conhecimento, bem como na qualidade do ensino superior militar. Face ao exposto, damos como comprovada – com reserva – a nossa terceira hipótese.

A quarta hipótese tem a seguinte formulação:

H4: A participação nacional na Iniciativa aumentará as competências dos futuros Oficiais das Forças Armadas.

Uma vez mais, recorreremos à resposta à QD3, onde verificamos que a participação em programas de mobilidade internacional traz benefícios ao nível da autonomia, da maturidade e do desenvolvimento pessoal. Simultaneamente, observa-se nestes alunos um aumento das competências para trabalhar em ambientes multinacionais, bem como para o desempenho no país de origem, de funções com dimensão internacional. Existe uma elevada probabilidade destas vantagens se verificarem nos jovens militares que participem na Iniciativa. Recordemos também os ainda escassos estudos efectuados sobre a Iniciativa, descritos no ponto 3.b., onde o treino conjunto é também apontado como um factor potenciador da interoperabilidade das forças. Deste modo, damos como comprovada – com reserva – a quarta hipótese.

Por fim, recordamos a nossa quinta e última hipótese:

¹⁹ A reserva expressa no teste da segunda, terceira, e quarta hipóteses prendem-se exclusivamente com o facto de termos usado uma ferramenta que nos permite extrapolar conclusões de um universo maior – o ensino superior – para um universo mais pequeno – o ensino superior militar. Esta reserva representa o rigor científico, bem como o cuidado que sempre demonstrámos ao longo do presente trabalho em seguir o nosso percurso metodológico. No entanto, ela não nos impede de apresentar o contributo que o teste destas hipóteses têm na resposta à nossa Questão de Partida, nem tampouco de apresentar as nossas conclusões.

H5: A participação nacional na Iniciativa contribui para o aprofundamento de uma cultura de qualidade e excelência do Ensino Superior Público Militar.

Para o teste desta hipótese, recorreremos às conclusões obtidas nas hipóteses três e quatro. Até ao momento verificamos que a participação nacional na Iniciativa traz ganhos ao nível da transferência de conhecimento e da qualidade, bem como ao nível das competências para os alunos. Assim, e recorrendo ao que anteriormente foi exposto no ponto 3.b., constatamos que a excelência é alcançada pela qualidade e pelo reconhecimento do mérito, tanto dos alunos como dos docentes (Carvalho, 2003: 404-406). Desta forma, a participação na Iniciativa irá contribuir para uma cultura de qualidade e excelência dos EESPUM, pelo que concluímos pela confirmação da nossa hipótese.

c. Questão de Partida

Chegamos pois ao momento em que nos encontramos em condições de responder à nossa questão de partida, a qual recordamos:

Que impacte terá no Ensino Superior Público Universitário Militar português a Iniciativa para o intercâmbio de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo Erasmus?

Para responder à nossa questão, e com o intuito de mantermos a coerência em todo este trabalho, temos de partir do pressuposto que a participação se efectua nos moldes descritos na QD4. Assim, podemos concluir que a participação nacional na Iniciativa não terá impacte ao nível das estruturas e dos instrumentos. Actualmente, as instituições de ensino superior público universitário militar encontram-se perfeitamente preparadas, e dispõem dos instrumentos adequados para iniciarem um processo de mobilidade e internacionalização. Quando muito, a opção pelo modelo de participação semestral poderá levar a que exista um ajustamento ao nível dos *curricula*, sendo esta alteração visível apenas ao nível da sequência das unidades curriculares.

Ao nível da planificação, haverá necessidade de coordenação com instituições estrangeiras, não significando esta coordenação nenhuma alteração de monta. Ainda ao nível do ensino, as instituições terão de ultrapassar o desafio de ministrar alguns módulos em língua inglesa, desafio esse que já está a ser ganho por algumas instituições.

Não havendo uma necessidade de adaptação das estruturas e instrumentos, verificamos que o verdadeiro impacte irá ocorrer na qualidade do ensino, uma vez que a internacionalização irá certamente contribuir para um aumento da transferência de conhecimento, bem como para um aumento da qualidade nos EESPUM. Esta abertura a

novas realidades lançará um desafio novo aos docentes e discentes, motivando uma cultura de excelência nas instituições. Concorrentemente, e ao nível dos alunos, podemos inferir que a participação nacional na Iniciativa terá um impacto na autonomia, na maturidade e consequentemente no desenvolvimento pessoal. Simultaneamente, estes alunos terão um aumento das competências para trabalhar em ambientes multinacionais, bem como para o desempenho no país de origem, de funções com dimensão internacional. Estes factores contribuem para o treino conjunto, que é também apontado como um factor potenciador da interoperabilidade das forças, sendo este um impacto supletivo para as Forças Armadas nacionais.

Queremos ainda de realçar que não é expectável que a participação na Iniciativa se transforme numa perda de identidade. O que observamos é a probabilidade de esta participação reforçar a identidade nacional, e o possível decréscimo do aprofundamento de uma identidade europeia. Reflectimos ainda sobre o *timmig* proposto na mobilidade. Mutas questões se têm levantado sobre a necessidade de efectuar esta mobilidade internacional no período de formação inicial, quando – fruto da vida militar – esta internacionalização ocorre durante uma parte significativa da carreira. Prende-se com as conclusões a que já chegamos, uma vez que estas vantagens para os alunos têm tendência a ser maiores quanto menor for a sua idade (Sigalas, 2010: 261), pelo que o impacto nos alunos será maior se a mobilidade ocorrer durante o seu período de formação inicial.

Conclusões

Seguidamente iremos apresentar as conclusões do trabalho. Assim, começamos por efectuar uma revisão das grandes linhas do procedimento seguido, apresentando simultaneamente os novos contributos originados pelo trabalho. Seguidamente avaliamos as limitações do trabalho propondo também novas linhas de investigação. Por fim, efectuamos considerações de ordem prática, efectuando as necessárias recomendações.

Começamos por recordar a nossa questão de partida, a qual serviu de orientação para o presente trabalho:

Que impacte terá no Ensino Superior Público Universitário Militar português a Iniciativa para o intercâmbio de jovens Oficiais, durante o seu período de formação inicial, inspirada no modelo *Erasmus*?

Para responder a esta questão, estruturámos o nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro capítulo, centrámo-nos no ensino superior militar nacional, em particular no ensino universitário de formação inicial. Aqui verificámos que o Ensino Superior Público Militar se encontra perfeitamente enquadrado no ensino superior nacional, sendo este adaptado à necessidade das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana. Verificámos também que os cursos de formação inicial são – regra geral – ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, com uma duração entre dez e onze semestres, a que corresponde 300 a 330 ECTS. Em todos os cursos observámos a existência de um tronco de cariz militar, o qual materializa o conhecimento militar, incorporando deste modo uma especificidade própria, bem como conjunto de unidades curriculares e áreas científicas transversais, as quais materializam um conhecimento alargado e global, necessário para os comandantes do século XXI.

Seguidamente, analisámos a Iniciativa, verificando os seus antecedentes, bem como as linhas de acção e os seus instrumentos. Neste capítulo, observámos que Iniciativa tem origem no segundo semestre de 2008, sobre presidência francesa da União, tendo como objectivo um crescente aprofundamento do ensino superior militar na UE. Actualmente, a Iniciativa tem oito Linhas de Desenvolvimento (LoD), estando estas articuladas e coordenadas por um Grupo de Implementação, tendo também instrumentos, dos quais destacamos a existência de um enquadramento legal, que serve de base para a troca de alunos e docentes entre instituições. Concorrentemente, desenvolveu um sistema com vista a tornar comparável a componente vocacional dos cursos.

No terceiro capítulo, descrevemos as ferramentas de internacionalização já existentes no contexto europeu, *i.e.* o Programa *Erasmus*, avaliando também as suas repercussões. Aqui verificámos que o programa *Erasmus* se constitui como uma ferramenta de referência a nível europeu, sendo necessária a candidatura a uma EUC por parte das instituições. Observámos também que a internacionalização tem um impacto ao nível da instituição e ao nível dos alunos. Ao nível da instituição verifica-se a existência de um aumento da transferência de conhecimento com a internacionalização, sendo este incremento verificado ao nível da frequência, intensidade e rapidez. Ao nível dos estudantes, verificámos que a participação em programas de mobilidade internacional traz benefícios ao nível da autonomia, e de um aumento das competências para trabalhar em ambientes multinacionais, bem como para o desempenho de funções no país de origem, mas com dimensão internacional. É interessante verificar também que a participação nestes projectos não aumenta a identidade europeia, havendo estudos que comprovam que a identidade nacional é reforçada.

Posteriormente, efectuámos uma proposta de participação, a qual tem em consideração dois cenários, um de manutenção do *statu quo* no ensino superior militar, e outro que incorpora uma alteração dos *curricula*. No primeiro cenário, apresentámos dois possíveis modelos de participação, e no segundo cenário, um modelo de participação. Cada um dos modelos apresentados poderia ser operacionalizado recorrendo ou não aos mecanismos do Programa *Erasmus*, com recursos a uma EUC. No modelo de participação em pequenos módulos de formação, a implementação de Iniciativa passaria pela participação e disponibilização de pequenos módulos. O modelo de participação na fase de dissertação ou estágio implicaria o envio dos alunos para o estrangeiro na fase da realização da sua dissertação ou trabalho de investigação aplicada. Estes dois modelos não implicariam grandes alterações na estrutura do ensino superior militar. O modelo de participação semestral assentaria na hipótese de concentração de um conjunto de unidades curriculares identificadas, de cariz transversal, num único semestre. Nesse semestre os EESPUM disponibilizariam essas unidades curriculares em inglês, e permitiriam que os seus alunos as frequentassem (i) na própria instituição; (ii) em instituições universitárias civis; ou (iii) em instituições estrangeiras, ao abrigo da Iniciativa. Este modelo obrigaria à alteração do alinhamento dos *curricula* dos EESPUM.

Ainda neste capítulo, apresentámos uma avaliação da proposta de participação, analisando as suas vantagens, inconvenientes, bem como as possíveis implicações. Para esta análise recorreremos aos estudos efectuados no âmbito da mobilidade no ensino superior

“civil”. Para tal, recorreremos à ferramenta de casos similares apresentado por Gerring (2010), concluindo que todos os modelos de participação são possíveis e todos trazem vantagens. Como mais vantajoso, o modelo de participação semestral, por ser aquele que permite uma maior transferência de conhecimento para a instituição, sendo também o que mais contribui para o desenvolvimento de competências dos alunos. Ao mesmo tempo, este é o modelo que requer um maior grau de adaptação dos EESPUM.

Após esta avaliação, efectuámos a análise e discussão dos resultados, onde respondemos às nossas questões derivadas, testámos as hipóteses e respondemos à nossa questão de partida. Assim, verificámos que a participação nacional (i) não requer alterações ao nível da estrutura e instrumentos; (ii) não conduz a uma perda da identidade nacional; (iii) traz ganhos ao nível da transferência de conhecimentos, as quais têm repercussões na qualidade do ensino; (iv) tem ganhos ao nível das competências dos futuros Oficiais; e que (v) contribui para o aprofundamento de uma cultura de qualidade e excelência.

Deste modo, respondemos à nossa questão de partida, onde concluímos que a participação nacional na Iniciativa não terá impacte ao nível das estruturas e dos instrumentos, uma vez que as instituições de ensino superior público universitário militar encontram-se perfeitamente preparadas, e dispõem dos instrumentos adequados para iniciarem um processo de mobilidade e internacionalização. Assim, o verdadeiro impacte irá ocorrer na qualidade do ensino, visto que a internacionalização irá contribuir para um aumento da transferência de conhecimento, bem como para um aumento da qualidade nos EESPUM. Esta abertura a novas realidades lançará um desafio novo aos docentes e discentes, motivando uma cultura de excelência nas instituições.

Concorrentemente, e ao nível dos alunos, podemos inferir que a participação nacional na Iniciativa terá um impacte na autonomia, na maturidade e no desenvolvimento pessoal. Simultaneamente, estes alunos terão um aumento das competências para trabalhar em ambientes multinacionais, bem como para o desempenho no país de origem, de funções com dimensão internacional. Estes factores contribuem para o treino conjunto, que é também apontado como um factor potenciador da interoperabilidade das forças, sendo este um impacte supletivo para as Forças Armadas nacionais. Simultaneamente, verificámos que não é expectável que a participação na Iniciativa se transforme numa perda de identidade. O que observámos foi a probabilidade de esta participação reforçar a identidade nacional, e o possível decréscimo do aprofundamento de uma identidade europeia.

O presente trabalho tem – naturalmente – limitações. O primeiro conjunto de limitações é auto-imposto ao focar o estudo nas instituições universitárias de formação inicial, centrando a análise nos cursos de Marinha na EN, Infantaria, Artilharia e Cavalaria da AM e Pilotagem da AFA. Uma segunda limitação prende-se com a inexistência de estudos que avaliem o impacto da internacionalização no Ensino Superior Militar, pelo que recorremos a estudos efectuados no âmbito “civil”.

Perante o exposto, estamos em condições de propor novas linhas de investigação. A primeira que propomos centra-se no estudo do impacto que a Iniciativa terá nos restantes cursos ministrados, em particular naqueles em que parte do plano de estudo é efectuado fora da instituição. Outra possível linha de investigação prende-se com o aprofundamento do impacto da utilização dos instrumentos já existentes, i.e., o programa *Erasmus*, na Iniciativa.

A temática ora apresentada poderá servir também de base a investigações mais abrangentes, nomeadamente na análise do papel da Iniciativa, no actual quadro da PCSD, identificando assim o seu possível contributo operacional.

Cumpre-nos agora efectuar algumas recomendações. Para tal, recordamos a frase que deu o mote ao presente trabalho: “Excellence breeds excellence, while mediocrity fosters mediocrity” (Athans, 2001: 3). Nas palavras do autor, a busca da excelência deve ser a base de todas as instituições de ensino superior, incluindo as militares. Verificámos ao longo deste trabalho que a participação nacional na Iniciativa aumenta a qualidade das instituições e dos alunos, o que por si contribui para uma cultura de excelência. Assim, a abertura a um quadro de internacionalização traz evidentes vantagens, pelo que recomendamos o aprofundamento da participação dos estabelecimentos de ensino superior público militar na iniciativa.

Propomos também que este aprofundamento seja efectuado em duas fases. Numa primeira fase recomendamos o aprofundamento da participação através de módulos de pequena duração e durante a fase de dissertação e/ou estágio. Durante esta fase, e de forma concorrente, recomendamos que os EESPUM, de forma coordenada, iniciem um processo de alteração da ordem dos planos de estudos, de forma a concentrar num só semestre as unidades curriculares de cariz transversal. Na fase seguinte, e uma vez adaptados os planos curriculares, recomendamos a participação no modelo semestral, uma vez que este é aquele que se apresenta como mais vantajoso.

Por fim, apenas uma referência quanto ao impacto financeiro, fruto da conjuntura que vivemos actualmente, o qual não pode ser ignorado. Assim, e sempre que possível,

recomendamos a participação nacional com recurso a uma EUC, para evitar as restrições impostas pelos cortes orçamentais. Para tal, recomendamos à AM a continuação da candidatura a uma EUC, e à AFA o início do processo de candidatura. Entretanto, e como apenas a EN tem uma EUC, caso as restantes instituições pretendam recorrer a este instrumento, recomendamos que até à aprovação das respectivas Cartas, seja usada a figura do Consócio com a EN, tal como referido no capítulo 3.a., uma vez que deste modo apenas uma das instituições necessita de ter uma EUC válida.

Bibliografia

- Academia Militar (2009) *Relatório do Seminário de Política Europeia de Segurança e Defesa*, Lisboa: Academia Militar.
- Athans, M. (2001) *Portuguese Research-Universities: Why Not The Best?*, Lisbon: Instituto Superior Técnico.
- Bracht, O., Engel, C., Janson, K., Over, A., Schomburg, H. and Teichler, U. (2006) *The Professional Value of ERASMUS Mobility*, Kassel: University of Kassel.
- Carvalho, J.M.C.d. (2003) *Ensino Superior: Modelo de Gestão, Mérito e Responsabilização*, Lisboa: Sílabo.
- Castro, A. (2009) 'A Causalidade nas Ciências Sociais', in Silva, A.S. and Pinto, J.M. *Metodologia das Ciências Sociais*, 15th edition, Sta. Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Chatham House (2002) *Chatham House Rule*, [em linha], Disponível:
"<http://www.chathamhouse.org.uk/about/chathamhouserule/>" [03 Janeiro 2010].
- Collier, D., Laporte, J. and Seawright, J. (2010) 'Typologies: Forming Concepts and Creating Categorical Variables', in Box-Steffensmeier, J.M., Brady, H.E. and Collier, D. *The Oxford Handbook of Political Methodology*, New York: Oxford University Press.
- Conselho da União Europeia (2005) *Acção Comum que cria a Academia Europeia de Segurança e Defesa (AESD)*, Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Ederveen, S. and Thissen, L. (2008) 'European Coordination of Higher Education', in Gelauff, G., Grilo, I. and Lejour, A. *Subsidiarity and economic reform in Europe*, Berlin: Springer-Verlag.
- Escola Naval. (2010) *Normas Regulamentares do Mestrado Integrado*, [em linha], Disponível:
"<http://escolanaval.marinha.pt/PT/escola/Documents/NORMAS%20Reg.%20do%20Mestrado%20Integrado.pdf>" [10 Abril 2011].
- European Security and Defence College (2009) *Implementatiin Group Report*, Bruxells: ESDC.

- (2010) *Adopting the Framework regarding the European initiative on the exchange of young officers, modelled on Erasmus and adopting the MECTS Users' Guide*, Brussels: ESDC.
- (2011) *General Annual Report on ESDC Activities*, Brussels: ESDC.
- Gérard, M. (2008) 'Higher Education, Mobility and the Subsidiarity Principle', in Gelauff, G., Grilo, I. and Lejour, A. *Subsidiarity and economic reform in Europe*, Berlin: Springer-Verlag.
- Gerring, J. (2010) 'Case Selection for Case-Study Analysis: Qualitative and Quantitative Techniques', in Box-Steffensmeier, J.M., Brady, H.E. and Collier, D. *The Oxford Handbook of Political Methodology*, New York: Oxford University Press.
- González, C.R., Mesanza, R.B. and Mariel, P. (2010) 'The determinants of international student mobility flows: an empirical study on the Erasmus programme', *Higher education*, pp. 1-18.
- Johnson, J.B. and Reynolds, H.T. (2005) *Political Science Research Methods*, Washington: CQ Press.
- Paile, S. (2010) *The European Military Higher Education Stocktaking Report*, Brussels: General Secretariat of the Council.
- Ploeg, F.v.d. and Veugelers, R. (2008) 'Higher Education Reform and the Renewed Lisbon Strategy: Role of Member States and the European Commission', in Gelauff, G., Grilo, I. and Lejour, A. *Subsidiarity and Economic Reform in Europe*, Berlin: Springer-Verlag.
- PROALV (2010) *Programa Aprendizagem ao Longo da Vida*, 28 Maio, [em linha], Disponível: "<http://pt-europa.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID=>" [04 Abril 2011].
- Quivy, R. and Campenhoudt, L.V. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa.
- Sigalas, E. (2010) 'Cross-border mobility and European identity: The effectiveness of intergroup contact during the ERASMUS year abroad', *European Union Politics*, vol. 11, no. 2, pp. 241-265.

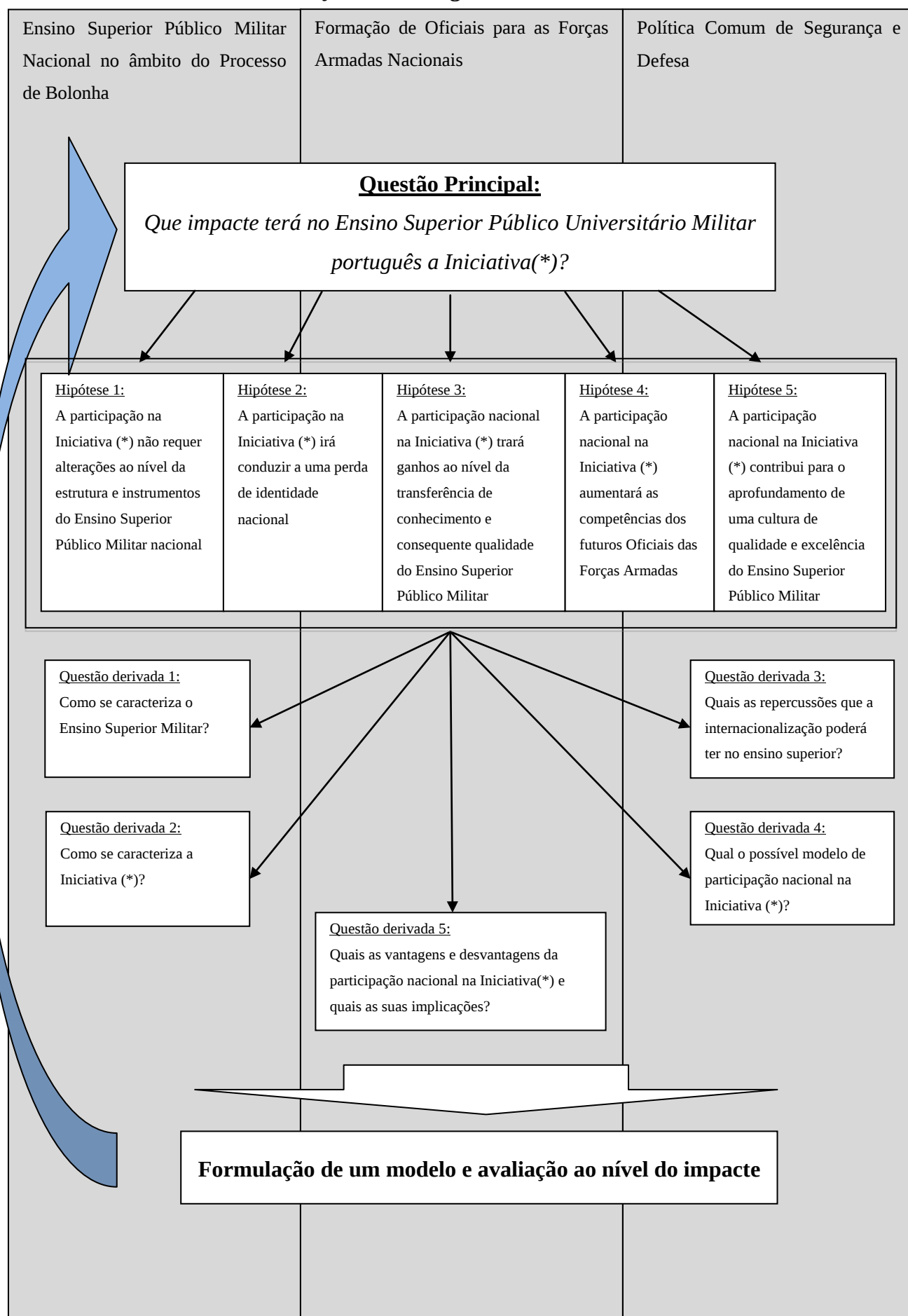
- Silva, P.F.d. (2010) *Relatório da Participação da Academia Militar no Seminário de Política Comum De Segurança e Defesa*, Lisboa: Academia Militar.
- Silva, P.F.d. and Paile, S. (2010) 'European Security and Defence Policy Seminar, Lisbon 2009', *Studia Diplomatica*, vol. LXIII, no. 1, pp. 43-56.
- Simão, J.V., Santo, S.M.d. and Costa, A.d.A. (2002) *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa: Gradiva.
- Teichler, U. (2004) 'The changing debate on internationalisation of higher education', *Higher Education*, vol. 48, no. 1, pp. 5-26.
- . (2007) 'International Dimensions of Higher Education and Graduate Employment', in Allen, J. and Velden, R.v.d. *The Flexible Professional in the Knowledge Society*, Maastricht: Research Centre for Education and the Labour Market.
- Wit, K.d. (2003) 'The Consequences of European Integration for Higher Education', *Higher Education Policy*, vol. 16, p. 161–178.

Legislação

- Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto (Sétima revisão constitucional)
- Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo)
- Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro (Regime jurídico das instituições de ensino superior)
- Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de Fevereiro (Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior)
- Decreto-Lei N.º 37/2008 de 05 de Março
- Decreto-Lei n.º 230/2009 (Graus académicos e diplomas do ensino superior)
- Decreto-Lei n.º 27/2010 de 31 de Março
- Portaria n.º 1099/2009 de 24 de Setembro
- Despacho n.º 26754/2009 de 12 de Junho do Director-Geral do Ensino Superior
- Despacho n.º 3840/2010 de 18 de Fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército
- Despacho n.º 18029/2010 de 17 de Novembro do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Anexos

Anexo A – Linha de Orientação Metodológica



Anexo B – Corpo de Conceitos

Ano curricular e semestre curricular	Partes do plano de estudos do curso que, de acordo com o respectivo instrumento legal de aprovação, devam ser realizadas pelo estudante, quando em tempo inteiro e regime presencial, no decurso de um ano, ou um semestre lectivo, respectivamente (Art.º 3º do Decreto-Lei 42/2005).
Componente académica	Componente de um plano de estudos de um curso numa instituição de ensino superior militares ao qual são atribuídos ECTS.
Componente vocacional	Componente de um plano de estudos de um curso numa instituição de ensino superior militares ao qual não são atribuídos ECTS. É constituído por norma pela componente de treino físico, de treino militar e componente comportamental.
Crédito	Unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza colectiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projectos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação (Art.º 3º do Decreto-Lei 42/2005).
Estrutura curricular de um curso	Conjunto de áreas científicas que integram um curso e o número de créditos que um estudante deve reunir em cada uma delas para (i) A obtenção de um determinado grau académico; (ii) A conclusão de um curso não conferente de grau; (iii) A reunião de uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico (Art.º 3º do Decreto-Lei 42/2005).
Estudante em mobilidade	Estudante matriculado e inscrito num estabelecimento de ensino superior e curso que realiza parte desse curso noutro estabelecimento de ensino superior (Art.º 3º do Decreto-Lei 42/2005).
Instituição de Origem	Instituição a qual pertence um aluno em mobilidade (European Security and Defence College, 2010).
Instituição Receptora	Instituição que recebe um aluno em mobilidade (European Security and Defence College, 2010).
Plano de estudos de um curso	O conjunto organizado de unidades curriculares em que um estudante deve obter aprovação para (i) A obtenção de um determinado grau académico; (ii) A conclusão de um curso não

conferente de grau; (iii) A reunião de uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico (Art.º 3º do Decreto-Lei 42/2005).

Unidade curricular	Unidade de ensino com objectivos de formação próprios que é objecto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final (Art.º 3º do Decreto-Lei 42/2005).
--------------------	--

Anexo C – Unidades curriculares identificadas

Mestrado em Ciências Militares Navais, especialidade em Marinha

Área científica	Unidade Curricular	ECTS	Semestre curricular
Matemática	Estatística	6	4.º Semestre
Engenharia Electrotécnica e Informática	Introdução à programação	5	1.º Semestre
	Programação	5	2.º Semestre
	Electrotecnia	4	5.º Semestre
	Elementos de Telecomunicações e Programação	4,5	5.º Semestre
Ciências Jurídicas e Ciências Políticas	Noções Fundamentais de Direito	4	2.º Semestre
	Princípios do Direito Administrativo	2,5	7.º Semestre
	Direito Internacional Marítimo	2	8.º Semestre
Economia e Gestão	Introdução à Logística e Administração Financeira	2	6.º Semestre
	Introdução à Gestão	3	7.º Semestre
História	História Naval	4	2.º Semestre
	História do Poder Naval	4	8.º Semestre
Psicologia	Comportamento Organizacional I	5	1.º Semestre
Total		51	

Fonte: Escola Naval (2010).

Mestrado em Ciências Militares, nas especialidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria

Área científica	Unidade Curricular	ECTS	Semestre curricular
Matemática, Informática e Representação Gráfica	Introdução à Programação	6	2.º Semestre
	Sistemas Computacionais e de Comunicação	4	3.º Semestre
	Bases de Dados	5	4.º Semestre
	Probabilidades e Estatística	6	5.º Semestre
História e Relações Internacionais	História de Portugal	4	2.º Semestre
	Teoria das Relações Internacionais	5	7.º Semestre
Economia, Gestão e Administração	Introdução à Gestão	6	5.º Semestre
	Gestão de Recursos Humanos	6	6.º Semestre
	Administração e Finanças Públicas	4	8.º Semestre
Ciências Sócio-comportamentais	Metodologia da Comunicação	4	1.º Semestre
	Introdução às Ciências Sociais	5	2.º Semestre
	Gestão da Comunicação	5	6.º Semestre
Ciências Jurídicas	Noções Fundamentais de Direito	6	1.º Semestre
	Noções Gerais de Direito Administrativo	4	4.º Semestre
	Noções Fundamentais de Ciência Política e Direito Constitucional	5	5.º Semestre
	Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados	5	6.º Semestre
Total		80	

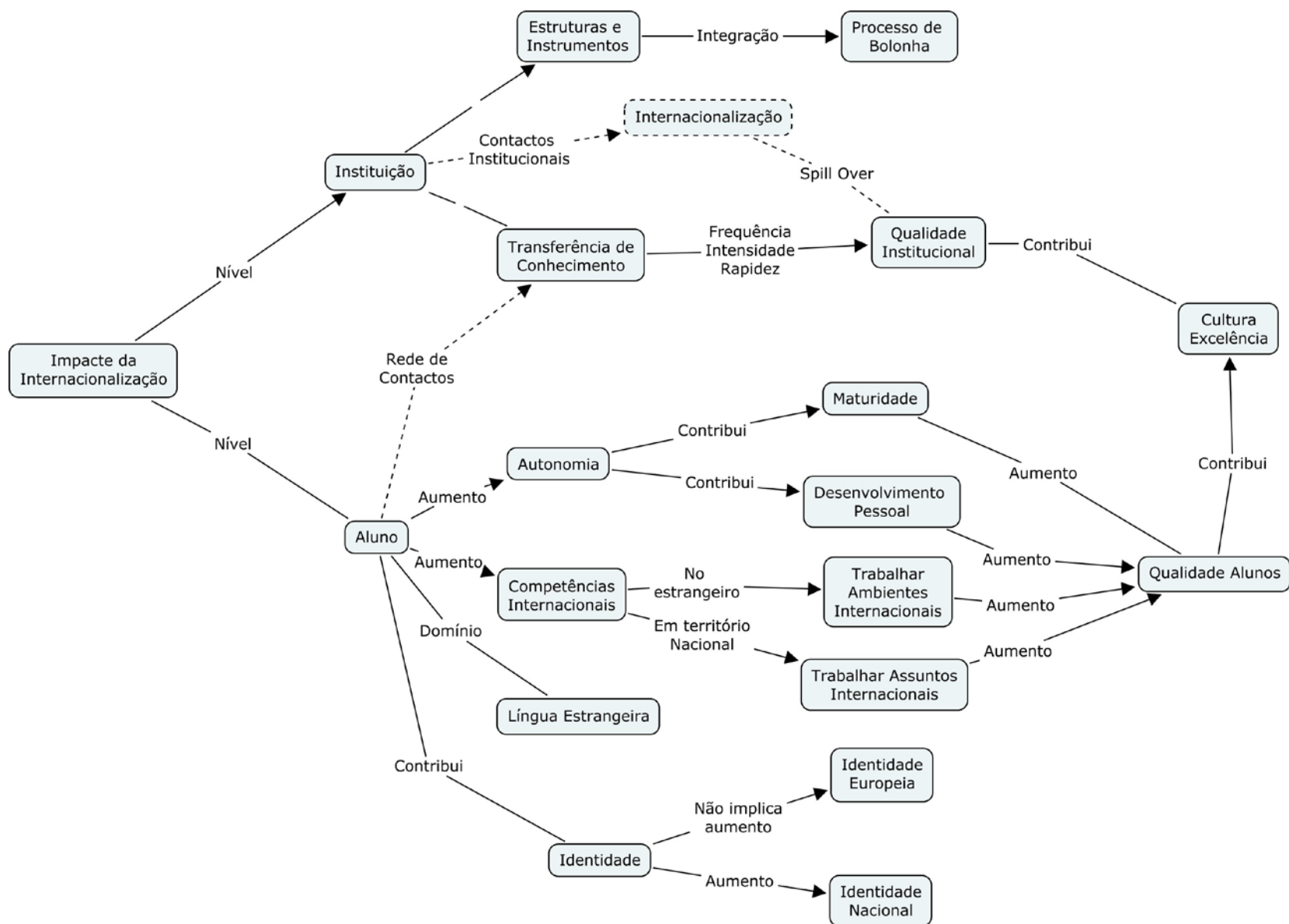
Fonte: Despacho n.º 3840/2010 de 18 de Fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Área científica	Unidade Curricular	ECTS	Semestre curricular
Probabilidades e estatística	Probabilidades e Estatística	6	4.º Semestre
Direito	Introdução ao Direito	6	3.º Semestre
Economia	Economia	6	4.º Semestre
Gestão	Introdução à Gestão	6	2.º Semestre
	Gestão de Recursos Humanos	6	3.º Semestre
Sistemas e Tecnologias da Informação	Tecnologias da Informação	6	1.º Semestre
Total		30	

Fonte: Despacho n.º 18029/2010 de 17 de Novembro do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Anexo D – Enquadramento Legal da Decisão do CESD

Anexo E – Mapa multidimensional



Anexo F – Resumo da Análise Multidimensional da Comparação dos Modelos

Dimensões de Análise		Modelo Pequenos Módulos	Modelo Dissertação/Estágio	Modelo Semestral
Nível	Dimensão			
Instituição	Estruturas e Instrumentos	Integração no Processo de Bolonha leva a que não seja necessária nenhuma adaptação.		
	Transferência Conhecimento	+	++	+++
Alunos	Autonomia	+	+++	++
	Competências Internacionais	++	+	+++
	Língua Estrangeira	+	+++	+++
	Identidade	Não existe perda de identidade nacional, nem aumento de identidade europeia.		